

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 5 DE JULHO DE 2013

NÚMERO 6.567

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 045ª Sessão Ordinária realizada em 12/06/2013..... 2 Ata da 016ª Sessão Extraordinária realizada em 12/06/2013..... 16 Ata da 017ª Sessão Extraordinária realizada em 12/06/2013..... 16</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 18 Extrato..... 24 Ofícios 24 Portarias..... 24 Projetos de Lei 27</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero registrar a presença, nesta Casa, do

presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, o vereador Rubens Borchardt, juntamente com os vereadores Marcelo Luiz Ferrari e Douglas Emanuel Marchetti, bem como do presidente da Cooperativa Coma mais Peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sejam todos bem-vindo!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISAMEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas de Timbó e de outros municípios que nos acompanham nesta tarde de hoje, quero registrar, com satisfação, a realização da primeira oficina de políticas públicas sobre drogas ocorrida ontem, na mesorregião da capital, reunindo prefeitos e técnicos da região, com mais de 300 participantes, uma organização da secretaria da Ação Social.

Estivemos prestigiando e parabenizando o trabalho feito e comandado pelo secretário de estado da Assistência Social pela perspectiva de se construir uma política pública sobre drogas.

Quero registrar também, com satisfação, a nossa participação, nesta manhã,

à homenagem feita aos colaboradores e integrantes da Defesa Civil de Santa Catarina pelos seus 40 anos, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que já comandou a comissão de Defesa Civil nesta Casa; parabenizar o ex-governador Colombo Salles, já quase centenário, pela sua presença forte e firme prestigiando esta homenagem à Defesa Civil catarinense que surgiu em 1973, e parabenizar todos os funcionários da Defesa Civil estadual e aqueles que nos municípios catarinenses trabalham nessa área tão necessária, em especial nós, deputada Ana Paula Lima, que sabemos da sua importância para situações de emergência.

Sr. presidente e srs. deputados, nesta manhã, a convite do presidente, desta Casa, deputado Joares Ponticelli, e do nosso comandante da Escola do Legislativo, deputado Gelson Merisio, juntamente com o secretário da Assistência Social e técnicos da Fapesc, estivemos com o governador, Raimundo Colombo, apresentando um esboço de um futuro projeto que deverá ser desenvolvido pela Fapesc - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina.

Gostaria de solicitar à assessoria que exiba algumas imagens dos tópicos que foram abordados e que deverão constituir, nos próximos dias, a proposta do governo do estado. Então, juntamente com a comissão de Prevenção e Combate às Drogas nos

reuniremos para discutir essa temática e formular de fato essa proposta.

O título do projeto tem um nome fantasia: Inovação Tecnológica no Cuidado ao Dependente Químico e Família. Na verdade, é um programa de suporte e de cuidado ao dependente químico.

Finalidade:

- promover a inovação tecnológica na abordagem e cuidado aos dependentes químicos e familiares.

Quando falamos em inovação tecnológica estamos falando de uma perspectiva acadêmica, de uma perspectiva científica e de fato inovadora aqui no Brasil no atendimento à dependência química e à família dos dependentes.

Objetivos:

- promover essa inovação no processo de cuidado aos dependentes químicos;

- diagnosticar os modelos de cuidado no suporte aos dependentes e desenvolver ações de suporte para a superação da dependência química.

Este é um discurso que temos sustentado aqui há mais de dois anos e acreditamos que a partir de agosto esse programa se torne realidade, programa esse que contará com mil vagas em comunidades terapêuticas de Santa Catarina.

- capacitar profissionais para avaliar o impacto social que a dependência química acarreta;

- desenvolver uma produção tecnológica solidária entre jovens pesquisadores e dependentes químicos em processo de recuperação e promover em rede com a participação de diferentes instituições, chamando CAPS, residências, comunidades terapêuticas, estabelecendo para isso algumas metas, entre as quais destaco quatro delas.

- diagnosticar, num prazo de 12 meses, os problemas sociais relacionados à dependência química e os diferentes modos para a superação.

- criar e implementar em 24 meses o sistema de notificação informatizado para cadastrar as internações de dependentes químicos.

O nosso sonho, deputado Antônio Aguiar, é criar um 0800 para que quando uma mãe desesperada ligar de Canoinhas para saber como fará com o seu filho sabermos como encaminhar. Através do 0800 haverá essa orientação durante 24 horas. Esse programa será em parceria com o governo do estado.

- realizar supervisão em rede das atividades desenvolvidas, garantir mil vagas de acolhimento de dependentes químicos e produzir informes técnicos sobre os resultados obtidos.

Como eu disse, temos cerca de 145 comunidades terapêuticas em Santa Catarina.

Acreditamos que pelo menos uma centena delas estará apta dentro da RDC 29, que é a proposta da Anvisa, do governo federal, que estabelece os critérios para o funcionamento de uma comunidade terapêutica.

Justificativa:

A dependência química afeta toda a sociedade atingindo crianças, adolescentes, homens e mulheres, durante diferentes períodos da vida ou por toda a vida dessas pessoas.

Esse é um problema que está presente no dia a dia. Sabemos que cada dependente químico, está comprovado de forma científica, faz adoecer em torno de si pelos menos outras 29 pessoas.

A dependência química está associada não somente à questão do

desemprego, do sofrimento mental, da baixa escolaridade, do comércio ilegal das drogas, mas, principalmente, à criminalidade. De cada dez crimes em Santa Catarina, pelos menos sete, oito envolvem o narcotráfico.

Quero ratificar o compromisso do governo do estado com a adesão ao programa Crack, é Possível Vencer, que já foi firmado entre o governo do estado e o governo federal.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, apresentamos alguns produtos decorrentes desse projeto que buscamos formatar com um sistema de informação da vulnerabilidade social para atendimento aos dependentes químicos e seus familiares, integrando todas essas comunidades terapêuticas e as redes, os nossos CAPS, enfim, toda a rede de saúde, um modelo de classificação dos diferentes tipos de acolhimento de dependentes químicos e familiares, quando há necessidade de internamento.

Quanto ao material educativo, o deputado Gelson Merisio já deu um passo importante com a parceria da Escola do Legislativo, assim como o Proerd, no sentido de fornecer esse material didático.

Outro produto é o modelo da rede social de suporte com a cooperação entre diferentes instituições, ligando as perspectivas de políticas públicas estatais ao terceiro setor, especialmente às comunidades terapêuticas.

Por último, e muito importante, o estágio de estudantes de graduação da UFSC e de outras instituições, buscando um processo contínuo de educação acerca da dependência química e sua superação. A proposta envolve a possibilidade, a perspectiva de termos graduandos, mestrandos e doutorandos no processo de acompanhamento das comunidades terapêuticas e também de assessoramento aos CAPS, integrando, como disse, as políticas públicas ao terceiro setor. Assim estaremos dando uma resposta às famílias de Santa Catarina no que diz respeito à segurança pública.

Estaremos, nos próximos dias, acompanhando esse trabalho da Fapesc, numa proposta acadêmica e científica, visando trazer a esta Casa um projeto final que certamente será acolhido por todos os srs. deputados, numa parceria com o governo do estado, para investir no combate e prevenção às drogas no território catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, realmente a preocupação de v.exa., nobre deputado, é pertinente e tenho absoluta certeza de que precisamos cada vez mais produzir ações que possam minimizar um pouco o problema que não assola somente o Brasil como o mundo inteiro, que é o das drogas.

Sr. presidente, gostaria de usar este tempo para falar mais uma vez sobre a viagem que fizemos na semana passada. Ontem, já apresentei um vídeo dos relatórios, como sempre faço, e hoje gostaria de mostrar um vídeo de outro relatório sobre a visita que fizemos à cidade de Boros, onde vimos tanto a usina que aceita ou recebe o lixo e faz a separação do reciclável e do composto, que depois vai para a compostagem onde tiram o gás metano, quanto o local onde o restante será incinerado para a geração de energia e de calor.

Por isso gostaria de pedir à assessoria que coloque um vídeo mostrando mais um relatório da nossa viagem.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Deputado Jailson Lima, v.exa. que já esteve por lá também pode avaliar a importância que tem todo esse processo não somente na questão ambiental, mas, principalmente, na produção de energia.

O questionamento que fazem é o seguinte, deputado Romildo Titon: "Ah, mas eles produzem o calor porque lá é muito frio e aqui nós não precisamos". Mas o mesmo produto que produz a água quente pode produzir a água fria, ou seja, resfriar o nosso clima tropical através da solução de resíduos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Quero parabenizá-lo, deputado Kennedy Nunes. Sempre que v.exa. faz uma viagem vira protagonista do debate, junto com os deputados Romildo Titon e Aldo Schneider, que estiveram presentes, no sentido de que v.exa., de uma forma muito pedagógica, sempre apresenta o que viu e faz as justificativas da viagem. Porque quando houve a viagem a imprensa inclusive questionou os investimentos que a Assembleia fez nesse tipo de ação.

V.Exa., ao debater, levar prefeitos, como estava lá o prefeito de Jaraguá do Sul, por exemplo, e outros, mostra claramente no que precisamos avançar. Nos países nórdicos há a questão do clima e do frio. Se aqui não vamos aquecer a água, pode-se gerar energia elétrica, por exemplo, e climatizar ambientes.

Por isso parabéns aos deputados que estiveram presentes. Vou sugerir que v.exa. encaminhe esse vídeo a todos os prefeitos do estado de Santa Catarina. Sabemos que nem todos puderam ir, pelo contingente dos trabalhos, mas conheço essa região, já fui verificar a experiência e posso dizer que realmente há muito para avançar na política de resíduos sólidos. E isso somente corrobora com a política pública nesse sentido.

Portanto, mais uma vez, parabéns pela atuação e pelo papel de v.exas. representando-nos nessa missão de suma importância para o estado catarinense e para o Brasil.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Jailson Lima. É exatamente essa mesma visão que conseguimos prestar no relatório da viagem, como também socializar essa visão e essa informação que recebemos lá.

Os outros relatórios que tenho estão publicados no meu site em www.knunes.com.br, onde estão os relatórios de todos os outros processos que vimos tanto na Finlândia como na Dinamarca ou na Suécia.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Nilson Gonçalves, que neste momento preside esta sessão, colegas deputados, colegas deputadas Ana Paula Lima e Angela Albino, público que nos acompanha, quero aqui registrar que na última terça-feira à noite estivemos no município de Passo de Torres participando de uma audiência pública presidida por este deputado e pela comissão da Aquicultura e Pesca desta Casa, que contou com uma participação muito grande da comunidade regional daquele município, que teve como objetivo tratar o problema dos pescadores, do assoreamento da entrada do rio

Mampituba, onde os barcos encontram muitas dificuldades.

Sessenta por cento da economia daquele município provém da pesca e temos lá um problema muito sério, que é a entrada dos barcos no calado. Acontecem muitos acidentes, muitas perdas, tantos de barcos como de peixes que são colhidos. Às vezes as embarcações, os pescadores ficam uma semana, dez dias, 12 dias fora e quando chegam em casa não conseguem descarregar, não conseguem chegar até o município para fazer o descarregamento da sua produção e aí são obrigados a ir até Laguna.

Naquela audiência pública, foi feito um grande debate acerca do assunto, com a representação de vários parlamentares, ocasião em que foi feito um conjunto de encaminhamentos, principalmente da necessidade urgente de se ter um equipamento para fazer o desassoreamento do rio, reivindicação essa da comunidade.

Então, ficamos muito felizes de poder representar a comissão de Aquicultura e Pesca naquele município. E foi chamado também para participar daquela audiência, pela Câmara de Vereadores, o vereador Jones, como também as entidades, a prefeitura, na figura do prefeito Joares Scheffer, e do vice-prefeito Paulo Cordeiro, e todas as lideranças desse grande evento.

Srs. deputados, o nosso compromisso é dar continuidade a esse tema, para a resolução do problema, sendo que os pescadores estão pedindo urgência para os encaminhamentos.

Assim sendo, assumimos o grande compromisso de dar continuidade a essa luta, trazendo para esta Casa essa discussão, e de solicitar do governo do estado, junto ao governo federal, ao ministério da Aquicultura e Pesca, em Brasília, soluções imediatas de médio e longo prazo. Enfim, foi muito boa essa audiência pública.

Quero agradecer toda a equipe da Casa que foi para lá também e que nos acompanhou neste grande evento no município de Passo de Torres.

Quero, além disso, deputado Jailson Lima, dizer que na última quinta-feira estivemos em Brasília no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, onde a nossa presidente Dilma Rousseff, junto com os ministros, principalmente o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, que cuida hoje, com muito carinho, com muita dedicação, desse ministério e da reforma agrária nos investimentos dos assentamentos, principalmente da agricultura familiar. São 4.3 milhões de agricultores familiares. Tivemos um acréscimo importante no conjunto de políticas, sendo aumentados de 28 bilhões para R\$ 39 bilhões os investimentos no Plano Safra. Foi um acréscimo extraordinário.

Em 2003, portanto, há dez anos, eram destinados R\$ 2.3 bilhões para o Plano Safra na agricultura familiar. Então, saltamos de R\$ 2.3 bilhões para R\$ 39 bilhões de investimentos no Plano Safra. Além disso, é importante ressaltar que houve também nesse período um crescimento de 52% da renda da agricultura familiar brasileira. Isso é extraordinário para o meio rural brasileiro. E aumentamos para 33% a participação da agricultura familiar no PIB brasileiro. Isso, para 4.3 milhões de famílias que ocupam em torno de 40% das terras no Brasil, são um investimento e um avanço extraordinário.

Então, nessa perspectiva de investimentos, de baixar os juros, grande parte dos financiamentos da agricultura familiar tem hoje 1% de juro ao ano, juro esse altamente subsidiado para a agricultura familiar poder

produzir, poder investir e se preparar de fato para fornecer alimentação cada vez melhor qualidade. Mas já passam de 70% os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros provenientes da agricultura familiar, da pequena propriedade. Em Santa Catarina, 95%, quase 96%, das propriedades têm menos de 50 hectares.

Portanto, isso tem promovido um crescimento grande na renda, na construção, na produção de novos produtos, em um maior número de empregos no meio rural. E outro grande diferencial da agricultura familiar é gerar muito mais empregos. De cada cinco empregos que são gerados no Brasil, quatro são na agricultura familiar.

Por isso esse grande investimento em várias políticas diferenciadas, o aumento de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica, que foi anunciada.

Um fato novo também na agricultura brasileira é a integração da pesquisa estratégica desenvolvida pela Embrapa brasileira e uma agência para levar esse conhecimento produzido pela Embrapa às comunidades e às propriedades da agricultura familiar. Esse é o novo desafio do Brasil, ou seja, ter recursos para a assistência técnica, não somente as empresas estatais, mas as entidades não governamentais, as entidades da sociedade, para poderem fazer convênios, ter o apoio, o suporte financeiro para fazer a assistência técnica com duas importantes ações para o sul do Brasil.

A nova agência terá como primeiro foco estratégico a produção de leite, que beneficia em cheio o estado de Santa Catarina, porque tem na produção de leite uma estratégia importante.

O segundo foco dessa agência para o sul do Brasil é a questão da produção orgânica e agroecológica, trazer a experiência, a pesquisa dos orgânicos, os agroecológicos das ONGs, dos movimentos sociais, do cooperativismo, da Embrapa e levar essa experiência para a agricultura familiar. Com certeza é um grande foco estratégico que vai ajudar muito o Brasil porque vai fornecer um alimento de melhor qualidade para a nossa população, que terá mais saúde, principalmente nas escolas estaduais e municipais.

Então, o Plano Safra traz essa grande novidade, que é a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica, Pesquisa e Extensão Rural, e nós, como presidente-coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, Pesquisa e Ater desta Casa, ficamos muito animados para construir essas políticas para os municípios e para as regiões do estado de Santa Catarina.

Quero destacar essas questões que estão sendo colocadas no novo Plano Safra, dizer que foi um evento muito importante para o Brasil, com a participação muito grande de entidades, principalmente da agricultura familiar, que participaram desse Plano Safra, e que mais uma vez a presidente Dilma Rousseff deixa claro a sua opção muito forte pela nossa agricultura familiar.

Por último, sr. presidente, quero destacar a seguinte novidade que foi lançada junto com o Plano Safra: o agricultor que tiver uma pequena unidade de produção, de agregação de valor não perderá mais o direito de segurado especial.

Essa é uma reivindicação muito antiga, mas finalmente o governo da presidente Dilma Rousseff, com a participação do ministério do Desenvolvimento Agrário, do ministério da Previdência Social, do ministro Garibaldi Alves, que foi muito compreensivo nesse sentido, do ministério da Fazenda, vai

criar uma legislação para o agricultor que tenha uma pequena agroindústria familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de fazer o registro da presença, neste plenário, do ex-vereador Kleber Wandall, da cidade de Gaspar, que participa da SDR de Blumenau.

Seja bem-vindo a esta Casa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas quero registrar que o deputado Jorge Teixeira faz aniversário hoje e desejar-lhe muita saúde, muita luz, felicidades e muito sucesso em seu caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, pelo registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício Kennedy Nunes, srs. deputados, sra. deputada, comunidade catarinense, quero parabenizar o nosso colega médico, deputado Jorge Teixeira, e desejar-lhe felicidades e que Deus o ilumine em sua caminhada.

Hoje, vou me reportar à nossa indicação:

(Passa a ler.)

“Indicação

Solicita ao Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - DNIT -, e ao Coordenador da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da Unidade do Rio Grande do Sul, ANTT, a construção de elevado ou de viaduto no entroncamento da BR-116 com a Rodovia SC-280 no município de Mafra.”

Considerando o grande fluxo de veículos que transitam diariamente pela BR-116 e na rodovia SC-280, especialmente nesse entroncamento, que preocupa os usuários e, principalmente, os pedestres, e a construção de um elevado ou viaduto no entroncamento dessa rodovia, além de propiciar maior segurança, evitará possíveis acidentes.

A resposta da ANTT foi a seguinte:

(Continua lendo.)

“Ofício n. 246/2013

Assunto: Construção de Elevado Entroncamento na BR-116 com SC-280, no município de Mafra

Senhor deputado,

Em resposta ao pleito constante no ofício em referência, temos a informar que no entroncamento da BR-116/SC com a BR-280/SC, no Km 4+500 da BR-116/SC, há previsão de implantação de Trevo em Desnível com Alças, a ser executado pela Autopista Planalto Sul no 7º ano da concessão, ou seja, em 2014.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Marisa Dagmar Tiefensee.”

Este é somente um dos pedidos para que se construa o elevado em Mafra. Mas precisamos de dois elevados por lá, precisamos também de um no trevo principal de Mafra, que é o da BR-280 com a BR-116. Essa indicação foi para a BR-280, na saída para o município de Canoinhas.

Temos certeza de que a bela construção que foi feita pelo DNIT em Mafra, na

BR-280, é digna de elogios e quero parabenizar o seu superintendente João José pelo excelente trabalho.

Quero me reportar, da mesma forma, à reunião hoje da comissão de Finanças e de Tributação, ocasião em que aprovamos o Fundo dos Municípios, uma verba que vem do governo federal, mas que é disponibilizada pelo governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira. São R\$ 500 milhões que serão distribuídos a todos os municípios, independentemente de cor partidária. Isso significa que todos os partidos estão unidos em relação à distribuição de verbas para os municípios.

Temos certeza de que aquele município com menos habitantes, que tem o IDH baixo, também será atendido. O mínimo que foi fixado através de emenda é de R\$ 700,00, mas acreditamos que talvez não haja necessidade de fixar parâmetro. Se por acaso entenderem que há necessidade, acho que será fixado o mínimo para cada município, o que é justo. É uma reivindicação que pode ser aprovada em plenário ainda hoje nesta tarde. Essa ação do governo federal de R\$ 9 bilhões para o estado de Santa Catarina vem em termos de empréstimo para o governo estadual.

Portanto, temos que pagar esse empréstimo de R\$ 9 bilhões ao governo federal, mas ficamos agradecidos à presidenta Dilma Rousseff por olhar para Santa Catarina, uma vez que esses recursos irão aportar aos cofres do governo do estado de Santa Catarina.

Temos certeza de que a boa aplicação desse dinheiro está na destinação de recursos para o planalto norte aos municípios de Porto União, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Canoinhas, Três Barras, Major Vieira, Bela Vista, enfim, àqueles que compõem a grande 25ª secretaria de Desenvolvimento Regional de Canoinhas. Enfim, esse investimento fará bem a todos os catarinenses.

Era isso que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos serão destinados ao PT, por ter sido trocado o horário com o PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero agradecer ao deputado Nilson Gonçalves, que acaba de me trazer um copo de água, porque ele disse que hoje estou mais calmo, deputado Kennedy Nunes, tendo em vista que na semana passada realmente eu saí do sério aqui, pois já cansei de dizer que não me enganem com informações equivocadas.

Mas é um prazer falar em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, partido esse da presidenta Dilma Rousseff, do ex-presidente Lula, o nosso querido Lulinha, porque do dia para a noite, querida deputada Ana Paula Lima, a maior do PT nesta Casa, começaram a bater nos meios de comunicação sobre a queda de aprovação do governo Dilma Rousseff.

A tônica é de que a aprovação do governo caiu 5%. Passaram alguns dias após a exposição do governador Eduardo Campos, do PSB, depois o Aécio Neves, do PSD, e começaram a fazer pesquisa em tudo quanto é lado: Ibope, CNT, Globo e por aí fora. E o que vimos é que a imprensa tentou impregnar a ideia de que a nossa presidenta não está bem no governo porque caiu em 5%.

No entanto, é importante ressaltar, deputado Mauro de Nadal, que o índice de

aprovação do seu governo é de 73,7% e que ela, como presidente da República, está com o maior índice de intenção de votos de aprovação, desde que este país virou um país democrático com eleição de seu presidente por voto direto.

O que verificamos é que a grande mídia tem dificuldades de perder o complexo de vira-latas, como dizia Nelson Rodrigues, e fica naquela história de achar que o país está mal. Do dia para a noite o tomate vira o grande vilão da economia brasileira. E aí no dia e na hora em que o tomate parar de encher o saco, a gente para de comer tomate porque se norteia algumas questões de economia e tenta-se configurar isso.

Estou falando isso porque se pegarmos os dados da economia brasileira veremos que, por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria recuperou-se em todos os setores e tem o maior crescimento dos últimos três anos. E não podemos deixar de olhar o Brasil sem olhar o mundo globalizado, pois no Velho Mundo a taxa de desemprego na juventude é de 25%.

Quando analisamos o crescimento da economia da indústria brasileira e catarinense de forma conjunta, observamos claramente que o Brasil passou e está passando por alguns itens de questionamentos inflacionários, temos que admitir isso, que são consequência de uma economia internacional em que têm que ser feitos reajustes em determinados momentos com as taxas de juro brasileiras. Aí a imprensa reclama da oscilação do dólar, só não reclamam quando ele é favorável a eles, porque o dólar está flutuante na economia brasileira.

Ao mesmo tempo, também é importante relatar outro dado, ou seja, que o Brasil está entre os países que alcançaram metas internacionais contra a fome. Poucos países atingiram as metas que o Brasil está atingindo. O que é mais importante e que a grande mídia e a Oposição têm dificuldades de analisar é que as pesquisas apontam que mesmo com essa queda na avaliação do governo a presidente Dilma continua ganhando as eleições no primeiro turno, porque o Lula, nessa época, no primeiro mandato, tinha 36% de intenções de voto, contra 53% da presidente Dilma, neste momento.

E, para variar, o nosso governo continua fazendo políticas de inclusão social de desenvolvimento econômico, porque o programa Bolsa Família é diferente de um programa assistencialista em que diziam que tinha que ensinar a pescar e não dar o pão. No entanto, o Bolsa Família se configurou no maior programa de transferência de renda do mundo, sendo recomendado hoje pela ONU para diversos países. Está sendo implantado na Índia, foi implantado e copiado pelo Barack Obama na crise internacional, em 2008.

Agora, para deixar a Oposição um pouco mais brava, deputado Darci de Matos, que é da grande base de apoio da presidente Dilma, ela lançou hoje mais um programa sobre a possibilidade de aquisição de móveis e eletrodomésticos para o programa Minha Casa, Minha Vida. Esse é um programa que vai mobilizar na economia R\$ 18,7 bilhões. E daqui a pouco eles vão dizer que o povo está se endividando novamente. Quem comprou Minha Casa, Minha Vida vai poder ter um cartão, e se estiver com os pagamentos em dia poderá pegar R\$ 5 mil, com juros de 5% ao ano, para pagar em 48 meses. E as empresas cadastradas poderão dar um desconto de 5% na nota fiscal.

Hoje, mais de 13.000 estabelecimentos já estão sendo cadastrados, e com esse cartão de crédito Minha Casa Melhor os beneficiários do programa Minha Casa, Minha

Vida, que é o povo brasileiro, poderão ter um televisor em casa de LED, até porque os outros consomem muito mais energia elétrica; vão comprar um computadorzinho, geladeira, fogão a gás, uma máquina de lavar. Isso é fantástico!

Tenho que admitir, deputado Kennedy Nunes, que não é por nenhuma deferência partidária, mas por ser um governo que programa a inclusão social com desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, porque R\$ 18,7 bilhões investidos nesse segmento serão distribuídos pelo país afora. É geração de emprego para aquela primeira pequena empresa que produz eletrodomésticos, móveis para abastecer os beneficiários do programa. E já se prevê que para este ano e até para o próximo em torno de 5.000.000 de famílias acessarão esse crédito, se imaginarmos que um cartão de crédito cobre o da empresa conveniada da loja entre 1% e 1,5% pelo trabalho prestado. Imaginem o que significa isso, do ponto de vista do movimento da economia.

Então, neste momento em que falo pelo PT cabe mais um registro, deputado Neodi Saretta, quando se coloca nas pesquisas a intenção de votos para a presidente Dilma Rousseff e para o ex-presidente Lula, caso de repente resolva não ser candidata, o que entendemos que não, ela é a nossa candidata à reeleição, mas na hora em que se coloca o Lula no lugar da Dilminha, sobem seis pontos percentuais. O Lula tem intenção de votos superior à presidente Dilma Rousseff.

Portanto, este é um país, como diz o nosso Lula, paz e amor, e o PT resolveu tirar de vez esse complexo de vira-latas do Brasil. Acho que está na hora de a imprensa fazer a mesma coisa, porque o Nelson Rodrigues, quando falou isso, disse em relação à Copa do Brasil que íamos para as Copas sem mostrar a sua envergadura, e o Brasil é um país respeitado hoje.

Por isso parabéns às famílias do programa Minha Casa, Minha Vida que têm mais um programa para o seu atendimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Inicialmente, quero cumprimentar o sr. presidente, os nobres pares, a sra. deputada, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Neste momento, vamos complementar algumas informações que, de uma forma brilhante, foram trazidas para este Parlamento através do nosso colega deputado Kennedy Nunes, que têm, na verdade, uma facilidade muito grande em virtude da sua profissão, o jornalismo, de transformar essas informações em uma boa notícia.

Mas apenas para complementar algumas informações e, principalmente, os objetivos que fizeram com que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina elaborasse essa missão aos países escandinavos, mais precisamente aos países da Suécia, Finlândia e Dinamarca, quando tive a satisfação de ser o chefe dessa delegação, gostaria de dizer que o convite, na verdade, originou-se da Universidade de Boras, onde há um trabalho bem amplo e específico no tocante ao tratamento dos resíduos, sejam eles sólidos ou líquidos, produzidos tanto no perímetro urbano quanto no interior dos municípios.

Então, eles nos convidaram para conhecer esse modelo que é a cidade de

Boros, que é classificada como a cidade mais limpa do planeta. Naquela ocasião, convidamos alguns prefeitos do estado de Santa Catarina, como os de Jaraguá do Sul e de Chapecó, para fazer essas visitas de aprendizado. Tivemos também a felicidade de contar com duas universidades de Santa Catarina para nos acompanhar, além da equipe técnica desta Casa. Lá, pudemos perceber o quanto a palavra sustentabilidade tem força perante as pessoas, perante os órgãos públicos de todos os municípios que pertencem a esses três países que tivemos a felicidade de visitar.

Sustentabilidade e mobilidade, essas são as duas palavras que movem toda a máquina pública e também as escolas, com o objetivo de fazer com que as crianças que estejam ainda em formação possam conceituar, imaginar o que é um país ou uma cidade aproveitar tudo aquilo que se produz de resíduos. Não somente fazer um aproveitamento e uma destinação, mas transformar esses resíduos em energia, para que a sociedade possa usufruir desses meios.

Há alguns assuntos e alguns temas que chamam a atenção em nosso país, e justamente com base nessas informações é que aceitamos esse desafio de estarmos lá, porque entendemos que temos que dar o pontapé inicial rumando a esses objetivos que já foram alcançados pelos países escandinavos, porque não é simplesmente jogarmos aquele lixo que produzimos dentro de casa para que outras pessoas tomem conta dele e sim nos preocuparmos com o destino e a aplicação dos mesmos.

Fica muito fácil para o cidadão simplesmente colocar dentro de um saco plástico tudo que se produz de resíduos de casa, jogá-lo lá fora em uma grande lixeira e esperar que terceiras pessoas deem conta de um encaminhamento final para esse resíduo, sem saber que todo esse encaminhamento muitas vezes vai se reverter na contaminação da água, em problemas de saúde, não somente para as pessoas que vivem nas imediações desses grandes lixões, como também vai reverter em problemas de saúde para todas as pessoas que vivem em nosso território brasileiro. Até porque o que se polui aqui dá impacto na cidade vizinha e assim sucessivamente. Em 2012, a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil chegou a 62,7 milhões de toneladas.

Santa Catarina produz por dia 3,6 mil toneladas de lixo. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza e Resíduos Especiais - Abrelp -, somente 58,2% do lixo têm destinação correta. Outros 42% ou 23,7 milhões de toneladas de resíduos são descartados de forma inadequada no Brasil. Mesmo assim a coleta de resíduos cresceu 1,9%, em 2012, com 56,5 milhões de toneladas. Cada brasileiro gerou 383,2 quilos de lixo no ano passado. É uma média um pouco superior a um quilo/dia por pessoa. E com todas as informações que temos disponíveis pela globalização, pelos meios de informação, só conseguimos crescer 1,9%. É muito pouco.

Nos municípios o destino final dos resíduos está assim distribuído: 21,7% são colocados em aterros sanitários, ou seja, nos grandes lixões, quando lá se consegue aproveitar o gás que se produz. Ou em raríssimos casos materiais que podem ser utilizados para a reciclagem. É muito o que é colocado nos aterros sanitários: 13,3% são destinados aos lixões e 37,4% são incinerados. E no momento da incineração nada se aproveita, fica somente fumaça e cinzas, sendo que 16,6% são levados para a autoclave; 5,2% para o micro-ondas e 5,8% vão para valas sépticas.

Temos um grande desafio já fixado em lei em nosso país que é o de alcançar o índice de reciclagem de 20% até 2015, que está chegando. Temos que passar por uma eleição e já alcançar esses novos índices no ano seguinte. Como estamos preparados para isso? A busca dessa resposta foi o nosso objetivo de visitar esses países escandinavos, ou seja, encontrar alternativas, ver o que se aplica lá e o que pode na prática ser utilizado em nosso país. E há muita coisa comprovada por estudos realizados em outros países que pode ser utilizada no Brasil, sem grandes investimentos.

Hoje, 59,8% dos municípios brasileiros, ou seja, 3.326 municípios, têm alguma iniciativa de coleta seletiva. Atualmente o Brasil recicla 97% das latinhas de alumínio, em virtude do seu valor econômico agregado, e recicla apenas 55% das garrafas PET. Em Boros, como tem colocado o deputado Kennedy Nunes, de todo o lixo produzido menos de 1% será colocado nos aterros sanitários, pois o restante será transformado em energia, quer seja para a água quente, para vapor, para energia elétrica, na iluminação das casas e para mover a máquina produtiva do país. Nós, infelizmente, captamos esse lixo que hoje para eles é riqueza e que por falta de conhecimento nós o jogamos fora.

Sr. presidente, outras situações também nos chamaram atenção nesta ida a esses países com relação à mobilidade, em que recebemos uma grande lição, que foi o uso do trem. Nós, em Florianópolis, estamos enfrentando seguidamente problemas, principalmente quem precisa acessar centro/continente/continente/centro, e não temos até hoje um trabalho voltado a novas iniciativas e possibilidades para termos outros meios de locomoção.

Outro fato que chamou bastante atenção é a forma como usam a bicicleta. Mais de 37% das pessoas usam bicicleta para ir ao trabalho e realizarem suas atividades, quer sejam de lazer, de trabalho ou até em busca do conhecimento, a exemplo das crianças que se deslocam para a escola com bicicleta.

Então, aquele país está preparado para isso e sabe que se todas as pessoas utilizarem automóvel para se deslocar às suas atividades os meios disponíveis para isso serão insuficientes para conseguir atendê-las com eficiência. Eles utilizam também o transporte marítimo, o que não se explora na Grande Florianópolis. Aqui só existe transporte marítimo para turismo, mas para negócios, para serviços não há! E temos uma possibilidade muito grande de explorar esse serviço até mesmo fazendo a ligação continente/ilha como uma forma rentável de se conseguir recursos para as pessoas que investirem no ramo.

Enfim, tudo isso serve como um bom ensinamento e abre possibilidades para a discussão.

Tivemos nesta Casa a comemoração, que foi extensão daquilo que aconteceu na Fiesc, do mercado japonês para comercialização da carne suína, pois lá esse setor também me chamou atenção, porque a Dinamarca é um dos grandes alimentadores de carne suína para todos os países da Europa. E lá no interior eles não produzem nada de resíduos daquilo que é o dejetado do suíno. Eles criam mais de 100 raças de suínos, mas todo o trabalho é feito dentro de um processo de sustentabilidade: o dejetado armazenado gera o gás que alimenta a propriedade e as suas sobras servem como adubo para alimentar pastagens e, até mesmo, para outras formas de adubação, quer seja a jardinagem ou até mesmo o cultivo de outras espécies.

Isso é preocupante porque temos que olhar lá na frente. Vamos produzir para atender o mercado. Já temos essa produtividade. Agora, o meio ambiente vai responder de que forma no dia de amanhã? Temos que ter essa preocupação, mas ela não pode se concentrar somente no discurso dos parlamentares nesta Casa. Essa preocupação tem que também estar recepcionada com as grandes agroindústrias do estado catarinense que obviamente serão as que terão o maior dividendo lucrativo de todo esse trabalho, porque o agricultor que está lá na ponta não pode somente investir. Ele tem que ter essas parcerias e o cuidado dessas grandes empresas, para que juntos possam produzir aquilo que é necessário, como também cuidar da destinação final, que é a proteção do meio ambiente.

Há muita geração de energia à base dos ventos. Explora-se muito a energia eólica em todos os países e a maioria dessas fontes está concentrada em alto mar, aproveitando os ventos, gerando uma energia limpa, uma energia em que para nós hoje, financeiramente, o investimento é pesado. Mas lá no início também era e agora já é um investimento fácil, em virtude das pesquisas e das tecnologias.

Sr. presidente, no dia 26 deste mês virá para Santa Catarina o reitor da universidade de Boros, ocasião em que vamos recepcioná-lo. E a proposta do grupo que esteve presente nos países escandinavos é justamente fazer um termo de cooperação técnica deste Parlamento com as universidades do estado de Santa Catarina e a Universidade Federal de Boros, para que juntos possam discutir e trabalhar projetos que venham ao encontro das necessidades de nosso estado, a fim de que possamos ser pioneiros dentro desse modelo de sustentabilidade, produção de energia limpa e melhor condição de vida ao povo que vive neste querido estado catarinense.

Era isto que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, sr. presidente da CCJ!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em primeiro lugar, quero fazer a minha saudação a v.ex.a., aos srs. deputados, às sras. deputadas, aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Aleisc Digital.

Hoje, pela manhã, assistindo ao *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, pude ver uma matéria importante e fundamental, deputado Kennedy Nunes, sobre o trabalho infantil no Brasil e no mundo, porque hoje comemoramos, instituído pela OIT, o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, deputada Angela Albino.

Não sei se os deputados acompanharam essa matéria do *Bom Dia Brasil*, mas fiquei estupefocado porque Santa Catarina foi colocado como o estado que tem o maior índice de trabalho infantil do Brasil. Inclusive, quero checar melhor essa informação, mas assisti ao jornal e fiquei preocupado.

Eu poderia dizer que hoje é um dia de reflexão, um dia de repensar as coisas no nosso país e, sobretudo, em Santa Catarina, porque não podemos admitir, de forma alguma, que crianças e adolescentes sejam explorados e estejam servindo, atuando, trabalhando, produzindo ilegal e absurdamente, pois sabemos que o lugar de criança não é no trabalho e sim na escola!

Segundo os dados, acredita-se que sejam 215 milhões de crianças, nessa pesquisa de zero, a crianças e adolescentes, de zero a 18 anos. No mundo estão no trabalho infantil ou estão envolvidos em conflitos. No Brasil, são 553 mil crianças. Em Santa Catarina, deputada Angela Albino, são 103 mil crianças.

Então, deputada Dirce Heiderscheidt, antes dos 14 anos é absolutamente proibido qualquer tipo de trabalho, inclusive o trabalho educativo. É expressamente proibido, é motivo de processo e de cadeia, pois é considerado crime!

O Ministério Público do Trabalho tem atuado fortemente nesse sentido. Posso falar um pouquinho sobre isso porque fui delegado do ministério do Trabalho de 1996 a 1999 e naquela época, em parceria com a RBS e o Ministério Público do Trabalho, criamos uma campanha que dizia assim: "Criança não dá trabalho". E fizemos uma série de ações como o ministério do Trabalho - ainda se faz hoje - em todo o estado, procurando conscientizar e punir as empresas que se utilizavam do trabalho infantil. Agora, esse dado colocado hoje para o Brasil inteiro sobre Santa Catarina nos preocupa, e aí remetemos as responsabilidades a nós, parlamentares, e, sobretudo, à superintendência do ministério do Trabalho de Santa Catarina.

O Ministério Público do Trabalho também tem feito campanhas importantes de conscientização, mas precisamos cobrar do governo, das instituições, que têm a tarefa de proibir o trabalho infantil, uma solução, uma alternativa, uma providência.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Darcy de Matos, gostaria de parabenizar v.exa. por estar pautando este tema, pela lembrança da data de hoje na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e mencionar, com tristeza, que ouvi agora, na Rádio Record, de Florianópolis, um dado que o Brasil comemora, ou seja, que desde 2009 erradicamos o trabalho doméstico de crianças de cinco a nove anos.

Portanto, temos muito a fazer e parabenoize v.exa. por pautar esse tema.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - O Ministério Público de Santa Catarina lançou uma campanha e tem feito um trabalho forte nesse sentido. Trabalho infantil é ilegal. Estávamos falando há pouco que é ilegal até os 14 anos, e todos sabem disso. É extremamente proibido o trabalho infantil. Dos 14 aos 15 anos, deputada Angela Albino, é permitido somente o trabalho como menor aprendiz. Quer dizer, um trabalho educativo, que tem um acompanhamento didático e pedagógico. E o menor aprendiz foi uma providência importante tomada no Brasil, nos últimos anos, que dá possibilidade para muitos adolescentes de terem o primeiro contato com o mundo do trabalho, com o dia a dia do trabalho, mas não com o objetivo produtivo e, sim, educativo.

Dos 16 anos aos 18 anos é permitido o trabalho para os jovens com algumas restrições: não pode ser trabalho noturno, não pode ser trabalho em área insalubre e também não pode ser trabalho numa área de risco de grau três ou quatro, ou seja, área perigosa. Mas o fundamental é que se está fazendo uma campanha no mundo inteiro para que as pessoas não comprem produtos que possam ter origem com crianças atuando na produção.

Ou seja, se há um produto que pode ser fruto do trabalho infantil, tem que ser extremamente rejeitado pela sociedade, porque

sabemos que quando a criança é colocada precocemente no mercado de trabalho passará por muitos problemas, mas dois são principais: o primeiro é que a criança tira a vaga, o espaço do adulto. Mas mais do que isso, a criança ficará fora da escola e será sacrificada, comprometendo inteiramente o seu futuro, pois não poderá se preparar para o mercado de trabalho.

Então, este assunto requer reflexão. E acabo de receber aqui a confirmação exatamente sobre isso, ou seja, de que saiu na Rede Globo, no *Bom Dia Brasil*, que Santa Catarina, deputada Angela Albino, é o estado que tem o maior índice de trabalho infantil do Brasil.

Precisamos checar este dado. Não sei se é porque temos o maior índice de menores aprendizes, mas vamos procurar saber. Eu sei é que foi colocada, em nível nacional, essa pecha no estado de Santa Catarina. Isso é um absurdo!

Se esse dado procede, deputado Mauro de Nadal, precisamos questionar, precisamos cobrar das instituições que têm a tarefa de proibir o trabalho infantil, como é o caso, por exemplo, da superintendência do Ministério do Trabalho em Santa Catarina.

Portanto, encerro as minhas palavras com relação a esse assunto dizendo que no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil não temos que comemorar nada, como disse a deputada Angela Albino. Temos é que fazer uma reflexão, conjugar forças e fazermos uma cruzada para que possamos efetivamente erradicar de Santa Catarina, do Brasil e do mundo o trabalho infantil, porque é uma grande aberração, um grande absurdo o que a sociedade está cometendo com as crianças e os adolescentes.

Quero encerrar as minhas palavras fazendo menção ao projeto de lei que vamos tentar votar e argumentar daqui a pouco nesta Casa para os líderes dos partidos de Oposição, a fim de buscarmos um acordo. E tenho certeza de que vamos conseguir porque este Parlamento não avança se não houver propostas, se não forem efetivados acordos, para que possamos votar o projeto da criação do fundo.

Esse fundo que vai inicialmente alojar R\$ 500 milhões, recurso que o governo federal está repassando para Santa Catarina, deputado Dóia Guglielmi, através de um financiamento do BNDS, é um recurso que virá através de uma parceria forte, sr. presidente, do governo do estado com o governo federal.

O governador Raimundo Colombo com a presidente Dilma estão-se entendendo, têm conversado e a presidente Dilma tem dado uma atenção especial ao estado de Santa Catarina.

Portanto, entendemos, deputado Mauro de Nadal, v.exa. que preside a comissão de Constituição e Justiça, que devemos votar esse projeto no dia de hoje porque temos que agilizar a liberação desses recursos através de convênios, através do BRDE, para as prefeituras de Santa Catarina.

Os prefeitos estão aguardando, estão ansiosos para receber esses recursos, a fim de investirem nas obras essenciais dos seus municípios, ou seja, infraestrutura, educação, saúde e agricultura.

E quero afirmar aqui, sr. presidente, a exemplo do que a presidente Dilma tem feito como presidente do Brasil, que tem atuado de forma republicana, atendendo todos os estados, independentemente de partido, que o governador Raimundo Colombo também não tem olhado sigla, cor partidária e tem atendido todos os municípios, inclusive os que são dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores.

Hoje, foi dado um exemplo, deputado Valmir Comin, na comissão de Tubarão. O

prefeito do PT tinha direito a R\$ 4 milhões e foram liberados R\$ 8 milhões. E o Executivo tem que atuar dessa forma. Passaram-se as eleições, são enroladas as bandeiras, colocadas em cima do armário e priorizados os pleitos e as necessidades das comunidades. Foram destinados R\$ 11 milhões para o município de Tubarão, mas de direito, segundo critérios estabelecidos pelo governo, teriam que ser R\$ 3 milhões. Então, essa é a lógica, esse tem sido o dia a dia do governador Raimundo Colombo. Portanto, não está na lei, mas está pactuado, está dito.

Quero aproveitar para reforçar aqui, presidente Joares Ponticelli, que nenhum município de Santa Catarina ficará fora desse programa, todos receberão recursos oriundos desse fundo que deverá ser criado no dia de hoje. Mais do que isso, todos os 40 deputados terão condições de fazer, parece-me que pela primeira vez, no Parlamento Catarinense, indicação de emendas no valor de R\$ 3 milhões. Isso não é conversa, é fato. Inclusive, o governador já comunicou oficialmente à deputada Angela Albino, ao deputado Sargento Amauri Soares e à bancada do Partido dos Trabalhadores. Nada mais justo que os parlamentares possam indicar também obras prioritárias em Santa Catarina, para que o governo possa firmar convênios.

Portanto, espero que no dia de hoje possamos dar uma resposta rápida aprovando a criação desse fundo e possibilitando que os prefeitos possam ter acesso a esses recursos fundamentais aos municípios catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado deputado Darcy de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o eminente líder deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, assomo à tribuna, nesta tarde de quarta-feira, porque dentro de alguns minutos deveremos votar aqui o grande projeto que considero a redenção para os municípios catarinenses.

Eu, particularmente, nesses 23 anos de vida pública, desde quando era vereador, depois pelo quarto mandato como deputado, nunca presenciei -falava isso hoje na reunião da bancada do Partido Progressista - um feito dessa natureza: um município, dependendo da capacidade de endividamento, pode capitalizar financiamento junto ao Badesc com um ano de carência, juro zero e três anos para pagar.

É mais um governo essencialmente municipalista que irá capitalizar recursos do governo federal, quer do BNDES ou do Banco do Brasil ou de qualquer outra fonte, fazer esse financiamento na monta de R\$ 530 milhões, sendo que o povo catarinense, evidentemente, terá que pagar agora dentro de 30 anos. Porém, é um governo que busca um financiamento, que não é a fundo perdido, aos 295 municípios do estado de Santa Catarina, independentemente de partido, traçando um critério que é prerrogativa particular e peculiar do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira em municípios de até 5.000 mil habitantes receber R\$ 700 mil a fundo perdido, deputada Dirce Heiderscheidt, de cinco mil a dez mil habitantes, R\$ 1 milhão; de 10 mil a 20 mil, R\$ 1,400 milhão; de 20 mil a 30 mil, R\$ 1,700 milhão; de 30 mil a 50 mil, R\$ 2 milhões; de 50 mil a 100 mil, R\$ 2, 500 milhões e acima de 100 mil R\$ 3 milhões.

Isso realmente representa na essência, por mais que alguns queiram

contrariar, um governo essencialmente municipalista. E olha que é preciso reconhecer que foi o único governo, se não fosse o *impeachment* na época de Paulo Afonso, que se caracterizava como governo municipalista. Há de se reconhecer isso!

E agora o Raimundão vem trazendo essa nova vertente para o bem de todos os municípios catarinenses, inclusive àqueles administrados pelo Partido dos Trabalhadores que, aliás, é uma parceria, sim, do governo federal com o governo do estado. É evidente que é uma prerrogativa também da presidente Dilma Rousseff, porém hoje falávamos na comissão de Finanças e Tributação que não é dinheiro a fundo perdido, é um dinheiro que vai ser pago, sim, pelos impostos, pelo trabalho e pelo suor do povo catarinense.

Mas há de se ressaltar aqui a importância da quebra de paradigmas. É uma vertente, é um tempo novo que se cria e espero que vire um hábito, aliás, ressaltadas proporções, é o pacto federativo tão esperado e tão sonhado há tanto tempo e que o Congresso não se insurge. E falo aqui independentemente de quem está na gestão do comando do país, mas que esse exemplo precisa ser propagado e multiplicado pelas vertentes e pelos rincões de todo este imenso Brasil.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Valmir Comin, realmente quem está ocorrendo o estado de Santa Catarina é a nossa presidenta Dilma Rousseff, que não mediu esforços na liberação desses recursos.

Mas a preocupação que tenho, deputado Valmir Comin, é confiar no governador. O que v.exa. falou aí...

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Como a presidente Dilma Rousseff está confiando.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - E já depositou!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Perfeito!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Coisa que ainda não aconteceu para os municípios.

Quero confiar, sr. deputado, que essa emenda que v.exa. falou da disposição de liberação de recursos, conforme o número de habitantes, podia estar na lei.

A nossa preocupação é a seguinte: v.exa., o líder do governo e o governador perguntaram por que não está na lei, a fim de garantir isso. Essa é a dúvida que tenho, pois a presidenta Dilma Rousseff, quando liberou os recursos, já disse qual seria o destino. Mas por que não está na lei o mínimo de R\$ 700 mil, deputado Valmir Comin, para o prefeito se preparar? Para ele poder gastar tanto dos recursos que vêm para o município?

Obrigada, deputado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Até acredito que ele está seguindo o exemplo do governo federal. Qual é o critério que o governo federal utiliza para a distribuição a todos os outros estados?

O Rio Grande do Sul, por exemplo, está levando R\$ 2,500 bilhões, ou seja, o dobro do orçamento de Santa Catarina. Qual é o critério? É o que digo: a prerrogativa é de quem tem a caneta. E nesse caso ou você acredita ou não. Eu, particularmente, a minha bancada e o meu partido acreditamos, sim, na gestão do governo Raimundo Colombo, e não é por conta dos olhos mais claros ou mais escuros do governador.

É um governo que aplica sua gestão e aperfeiçoa custos aumentando sua

capacidade, conseguindo com isso, consequentemente, crédito para buscar essas linhas de financiamento tão importantes para o desenvolvimento e para atender os 295 municípios do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Inclusive já me escrevi, sr. presidente, em outro horário, pois o PCdoB tem um horário bastante reduzido para tratar de três temas. Mas uso este momento para dialogar com quem está em Casa, com quem está assistindo e com está aqui hoje sobre as Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs.

(Passa a ler.)

"No dia 13 de janeiro de 2009 foi publicada, no Diário Oficial do estado, a Lei estadual n. 14.652, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

Claramente estabeleceu no seu art. 2º que para o licenciamento ambiental das Pequenas Centrais Hidroelétricas essas ficariam dispensadas de apresentar a avaliação integrada de toda a bacia hidrográfica, somente estabelecendo como exceção esta obrigação nos casos em que houvesse a necessidade de desmatamento da vegetação nativa em estágio avançado de regeneração superior a 150 hectares e em casos em que a área alagada for superior a 300 hectares.

Ocorre que no dia 24 de fevereiro de 2012 foi deflagrada a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina que o então presidente da Fatma exigisse previamente em todo e qualquer procedimento de licenciamento em tramitação nessa fundação para a implantação de atividades de produção de energia elétrica (de pequeno, médio e grande porte), avaliação ambiental integrada da bacia hidrográfica porquanto não houvesse regulamentação ou alteração da Lei Estadual n. 14652/2009.

Ocorre que passados aproximadamente 17 meses a Fatma suspendeu a concessão das licenças ambientais para todas as Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs -, até mesmo nos casos em que a referida lei isenta as PSHs de apresentação da avaliação ambiental da bacia hidrográfica.

Nesse sentido e considerando que Santa Catarina possui desde grandes projetistas e construtora até a fabricação completa dos equipamentos para a construção de um PCH e o déficit do quadro energético, bem como o prejuízo a investidores com também a cadeia produtiva do setor, dados da Celesc apontam que, em média, os catarinenses consomem o dobro da energia que é gerada no estado, obrigando a importação de outros estados.

Segundo dados do banco de informação de geração da Aneel, dez pequenas centrais de hidroelétricas estão em construção atualmente em Santa Catarina e outras 18 receberam outorga, mas ainda não tiveram suas obras iniciadas. Juntas somariam mais de 240.000 kw de capacidade instalada, mais da metade do que já é gerado no estado por 66 PCHs que estão em funcionamento.

No sentido de contribuir para resolver esse impasse que dura mais de um ano, nosso mandato tomou as seguintes iniciativas: um pedido de audiência pública no âmbito da comissão de Economia, Tecnologia, Minas e Energia, para que possamos nos inteirar sobre a suspensão de licenciamento das pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs - pela Fatma no

estado de Santa Catarina. Uma indicação ao governador e ao secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, para que seja aplicada urgentemente a Lei n. 14.652/2009, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental."

Trago este tema porque recentemente fui convidada por um deputado federal do Paraná a integrar a 40ª missão que o estado fará ao Japão em outubro deste ano, para discutir com as empresas daquele país a vinda de algumas delas para o Brasil e, particularmente, para o estado de Santa Catarina.

Elas vêm a partir de uma perspectiva de termos matrizes energéticas capazes de dar conta desse novo momento de desenvolvimento econômico em que vive o Brasil.

No Japão, hoje, são 40 mil empresas que pretendem sair de lá e ter o seu parque em outros lugares do mundo, como no Brasil, em Santa Catarina, e para nós é muito importante que tenhamos infraestrutura capaz de dar conta dessa demanda, principalmente de energia, desse crescimento que o nosso estado precisa viver. Como temos a perspectiva, com a unificação do ICMS, de viver um momento novo e mais difícil para a sua economia, precisamos desenvolver outros vetores econômicos como o da energia, e as PCHs estão regulamentadas por lei. Então, hoje não é possível destravar as dificuldades burocráticas que o estado catarinense ainda vive.

Desta forma, sr. presidente, compreendemos que o estado de Santa Catarina precisa dedicar-se à discussão dos temas das PCHs e depois encaminhar à comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado José Milton Scheffer - tenho a honra de ser a vice-presidente -, para que possamos trazer esse tema à nossa comissão e contribuirmos com o nosso estado no sentido de dispor dessa matriz energética que tem um impacto ambiental mais eficaz do que outras formas de energia.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os últimos minutos são destinados ao PSDB.

Esta Presidência, sr. deputado Jorge Teixeira, em nome de todos os servidores e dos integrantes desta Casa, cumprimenta v.exa. pela passagem de seu aniversário no dia de hoje.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, encaminhamos um requerimento ao novo presidente do grupo RIC TV Record, sr. Marcelo Petrelli, desejando-lhe votos de uma gestão plena, tranquila e competente, como sempre foi o seu perfil. Então, registramos nos anais desta Casa esse nosso sentimento, especialmente deste deputado, que tem a honra de participar desse grupo desde 1999 com um programa de televisão no município de Joinville.

Desta forma, não poderia deixar de registrar aqui também a satisfação de ver o sr. Marcelo Petrelli assumir definitivamente como presidente daquele grupo em Santa Catarina no lugar do seu pai, sr. Mário Petrelli, assumindo a executiva do grupo no Paraná o sr. Leonardo Petrelli.

Sabemos da preocupação do sr. Mário Petrelli, que fundou esse grupo há 25 anos e que agora está sendo gerido pelos seus filhos - isso inclusive é motivo de muita satisfação, principalmente para nós que acompanhamos mais de perto todo o desenvolvimento desse trabalho, o dia a dia com a RIC

TV Record - com essa emissora, no sentido de levar à comunidade catarinense e paranaense as informações de maneira mais isenta possível, principalmente a regionalização da sua programação. Então, é fundamental para nós, de Santa Catarina e do Paraná, termos dentro de uma emissora esse propósito de regionalizar as informações e a sua programação.

As duas emissoras juntas cobrem 517 municípios, com cerca de 760 horas de programação regional, mensal. A cobertura das duas regiões alcança cerca de 16 milhões de habitantes, sendo que são seis milhões de habitantes em Santa Catarina e outros dez milhões no estado do Paraná. Isso significa 9% da população brasileira.

O grupo RIC TV Record é multiplataforma e está posicionado como o segundo conglomerado de comunicação regional do país, com cerca de 1.350 funcionários. Possui 11 emissoras de TV, quatro emissoras de rádio, portais de conteúdo, jornais diários, editora de revista e plataforma jovem, totalizando mais de 20 empresas. O grupo mantém relações estreitas com setores da comunidade, do meio político, do meio empresarial e do meio publicitário.

Portanto, não poderia, sr. presidente, deixar de registrar, nos anais desta Casa, as nossas congratulações ao sr. Marcelo Petrelli, desejando que continue sendo, além de um grande presidente, de um grande administrador, um amigo de todos os seus funcionários.

Começou hoje, srs. deputados, em Joinville, uma operação especial por parte da Polícia Militar. E até o final do mês de junho o 8º e o 17º Batalhão da Polícia Militar trabalharão fazendo barreiras, *blitz*, pente fino, varreduras sobre voos, cumprindo mandados de prisão, para trazer novamente ao município de Joinville o que está faltando, porque a segurança está sendo dada àqueles municípios pela nossa honrada Polícia Militar, através dos nossos policiais civis.

Mas está faltando no município de Joinville a sensação de segurança. Não é somente segurança, a população precisa ter a sensação de que está segura. E esse movimento dos dois batalhões é justamente para trazer à população, além da segurança, o sentimento, a sensação de segurança, de que está segura. Isso porque os pequenos furtos, os pequenos assaltos estão-se multiplicando a cada dia, principalmente nas regiões onde há mais comércio. E por conta dessa iniciativa teremos a participação do helicóptero, através do nosso comandante Coelho, sobrevoando a região. A Polícia Rodoviária Federal estará fiscalizando também as entradas da cidade.

Enfim, o que se está pretendendo com isso é mostrar para o município, para a população de Joinville que ela pode ter também a sensação de segurança. Repito, há segurança, mas as Polícias Militar e Civil estão fazendo esses trabalhos com essa finalidade.

Em Joinville, há mais de mil mandados de prisão em aberto, sendo que a prática de furto na cidade alcança os jovens entre 16 e 21 anos de idade, os quais costumam agir normalmente de motocicleta. Eles levam materiais supérfluos, tênis, celular, quantias que variam entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00, e isso, nos últimos tempos, se multiplicou de uma maneira assustadora.

Por isso o comandante do 8º Batalhão dizia que eles trabalham em Joinville como se estivessem enxugando gelo, porque nem 30% das pessoas que são presas ficam na prisão. E o juiz, que cuida da vara criminal de Joinville, disse textualmente que cumpre a lei e que as prisões devem somente acontecer

depois de a pessoa ter sido condenada e que a prisão antes da condenação é uma exceção, segundo ele. Não vou contestá-lo porque ele é juiz e, por sinal, extremamente competente. Mas é uma coisa que nos deixa muito aborrecidos porque, como disse o comandante, prendemos, mas apenas 30% das prisões realizadas têm algum efeito, os demais voltam para a rua.

Torcemos para que esse trabalho que as Polícias Militar e Civil estão desenvolvendo agora possa alcançar seu objetivo. E se não alcançar, que se retarde o término dessa operação até termos realmente a sensação de segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0001/2012 e a comissão de Constituição e Justiça ao Ofício n. 0128/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0016/2012, de autoria do sr. deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0184/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0328/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0341/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0347/2013, 0348/2013 e 0349/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0351/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0352/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0353/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0622/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0623/2013, 0624/2013, 0625/2013, 0626/2013 e 0627/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0628/2013, 0629/2013, 0630/2013, 0631/2013, 0632/2013, 0633/2013, e 0634/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Requerimento n. 0635/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do estado, pedindo o envio a esta Casa de cópia de inteiro teor, bem como de todos os documentos técnicos que serviram de suporte, do Processo n. APE-06/00471942 que resultou na Decisão n. 2.440/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0636/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Iprev, requerendo informações acerca do fundamento legal utilizado para o reenquadramento considerado inconstitucional pelo Tribunal de Contas do Estado, informado na recomendação contida no item I.10, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC de n. 1.000, página 2.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0045/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser encaminhada ao coordenador do fórum parlamentar catarinense no Congresso Nacional, solicitando estudos para a elaboração de projetos de lei de incentivo fiscal, corte de impostos e corte de porcentagem, na compara de remédios, produtos alimentícios específicos e ortopédicos para portadores de diabetes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0057/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser encaminhado ao presidente da Casan, solicitando informações referentes à constituição da diretoria e como se dá a participação nos lucros dessa companhia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0178/2013, de procedência governamental, que altera a Lei n. 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0179/2013, de procedência governamental, que institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (Fundam) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada a Emenda Aditiva n. 1, a Emenda Modificativa n. 2 e a Subemenda à Emenda Modificativa n. 3.

Há um pedido de destaque da emenda aditiva assinada pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Passa a ler.)

"Adiciona o artigo 3º do PL/0179.5/2013, o § Primeiro com a redação abaixo, remanejerando-se os remanescentes:

Art. 1º - § 1º - Fica garantido o repasse do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - Fundam - a todos os Municípios Catarinenses, no valor mínimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Art. 2º - Renumerem-se os parágrafos seguintes."[sic]

Em discussão a emenda.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a bancada do Partido dos Trabalhadores fez diversas emendas para inclusive aprimorar esse projeto. Fizemos grandes discussões, fomos céleres na aprovação desse projeto depois de muito debate na comissão de Constituição e Justiça, estando sempre presente para fazer todos os debates necessários e defender as emendas que apresentamos tanto na comissão de Constituição e Justiça quanto nas comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Hoje passou por três comissões num tempo recorde.

Essa emenda que apresentamos em destaque no plenário, srs. parlamentares e sras. deputadas, visa apenas acrescentar critérios mais objetivos a esse projeto, para definir a distribuição de forma equitativa, estabelecendo uma quantia mínima a ser repassada, na medida em que garante a transferência voluntária a todos os municípios de Santa Catarina.

Não é a primeira vez que ouço de diversos parlamentares desta Casa, do governador e do vice-governador do estado que todos os municípios irão receber recursos desse fundo que é um empréstimo do BNDES, que o povo de Santa Catarina que vai pagar, mas que os prefeitos não têm que dar a contrapartida nem muito menos dar devolução aos cofres estaduais.

Para que todos os municípios, todos os prefeitos e prefeitas possam apresentar esses projetos, um valor mínimo será necessário, para que ninguém fique de fora. Mesmo sabendo que o governador já falou isso, que o vice-governador fala isso, que diversos parlamentares falam isso, por que não colocar no corpo da lei esse projeto? Daí iremos contemplar de uma forma segura, com critérios sérios, pois está na lei que todos os municípios catarinenses vão receber. Porque tenho andado muito por este estado afora e verificado, em cada município, que o parlamentar vai ou que o governador vai e promete para Tubarão, para Gaspar, para Araranguá e para Joinville um montante significativo, mas não há na lei quanto cada município vai receber.

Então, é uma garantia, uma justiça que se faz a todos os municípios catarinenses que forem receber esse mínimo de poderem apresentar outros projetos de lei, para que sejam contemplados. Calculando por alto, não usando a minha calculadora, deputado Moacir

Sopelsa, fazendo o cálculo de cabeça, eu já vi que será necessário lutar para serem destinados muitos R\$ 500 milhões. Eu fico com medo que algum município pequeno não possa receber esses recursos, pelas promessas que são feitas verbalmente em cada município.

Será que aqueles municípios pequenos, em que o IDH é mais baixo, onde mora muitos catarinenses, vão receber esses recursos? Qual o critério para a distribuição?

Tenho recebido prefeitos em nossos gabinetes e eles perguntam o que podem apresentar de projetos, em que área podem projetar, que isso está na lei, em infraestrutura, na saúde, na educação, no turismo, no esporte e no lazer. Eles perguntam também quanto o prefeito pode orçar, se ele pode apresentar diversos projetos, não sabendo quanto vai levar em cada município. Porque há município que vai ganhar, por exemplo, R\$ 70 milhões e outros não vão ganhar nada. Pelo menos o mínimo em cada município se faz necessário.

Por isso que a bancada do Partido dos Trabalhadores, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, deseja celeridade na aprovação desse projeto.

Entendemos que todos os municípios precisam, mas o mínimo se faz necessário, para não cometermos injustiça e para o critério ser técnico, como bem falaram diversos parlamentares que utilizaram a tribuna na tarde de hoje. Por isso que a nossa bancada fez esse apelo nas duas comissões, mas agora estamos fazendo em plenário.

Sr. presidente, queremos o voto nominal no painel para essa emenda.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, na verdade, o governador tem visitado os municípios como também nós, parlamentares. Os parlamentares da Oposição têm visitado os municípios porque pela primeira vez no Parlamento catarinense terão direito a indicar R\$ 3 milhões através de emendas parlamentares. Esse é um fato novo e relevante.

O governador Raimundo Colombo tem atuado de forma republicana, como tem feito a presidente Dilma Rousseff, e na visita aos municípios tem sido criterioso e não tem olhado cor partidária ou bandeira política, deputada Ana Paula Lima.

Sr. presidente, o deputado Valmir Comin esteve, pela manhã, em Tubarão e, pelo critério de índice populacional, aquele município teria direito a receber R\$ 3 milhões e recebeu R\$ 11 milhões. Isso é politicagem? Não, isso é política justa, atendendo a um prefeito de um partido de Oposição, destinando R\$ 8 milhões a mais para atender às demandas da sua cidade.

Então, não dá para aceitar que estamos fazendo festa ou de que estamos mentindo para as pessoas. O nosso governo é sério, é criterioso e está falado, está consignado. Não está na lei porque não há necessidade de colocar na lei, porque há a nítida intenção de cercar e de engessar o governo.

O Executivo tem que ter prerrogativas e possibilidades para atender aos municípios com um pouco mais de recursos quando sentir que for necessário. Agora, está definido que nenhum município de Santa Catarina ficará sem receber recursos desse fundo, e o mínimo será de R\$ 700 mil, mas com certeza o governador

vai atender com um pouco mais de recursos, porque ele é atencioso, sensível e tem sido generoso com os municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, com certeza Santa Catarina vive um grande momento nessa relação da presidente Dilma Rousseff, do governo federal, com o estado, nesse repasse de recursos para o nosso estado.

Nunca Santa Catarina na história, como disse o nosso ex-presidente Lula, foi tão valorizada em termos de recursos, mesmo sendo em empréstimo.

Eu falava, no período da manhã, na CCJ, que quando um agricultor consegue fazer um empréstimo a custo baixo, em longo prazo, ou um empresário, ele tem a chance de fazer bons investimentos e se programar para o futuro. Isso acontece hoje com o estado, que pode fazer esses investimentos.

Então, sr. presidente, não vamos atravancar o processo, vamos deixar que ele ande. Aliás, temos dado uma grande contribuição nos últimos dias, porque tínhamos, pelo Regimento Interno, 45 dias para discutir esse projeto nesta Casa, mesmo sendo ele de urgência.

Mas estamos fazendo o debate desde a semana passada sobre a falta de negociação do Executivo. Estamos aqui num processo atravessado porque esta Casa está com o calendário especial do Orçamento Regionalizado e não deveria nem haver sessão esta semana. Por isso alguns deputados não estão aqui, estão no alto vale do Itajaí fazendo o debate sobre o Orçamento Regionalizado.

Estamos contribuindo com Santa Catarina querendo o melhor e por esta razão apresentamos aqui várias emendas, algumas foram acatadas, duas acatadas em parte, que na nossa avaliação são importantes.

No Portal Transparência estão lá as obras, mesmo que seja lei, mas isso é bom estar escrito porque, por exemplo, desde 2010, não está mais no Portal da Transparência a aplicação dos recursos do Fundo Social. Então, é preciso estar escrito mais uma vez para de fato podermos acompanhar.

Queríamos também que esta Casa tivesse mais próximos os documentos para poder acompanhar, mas, infelizmente, ela não foi atendida. Aliás, foi atendida em parte, porque está no Portal Transparência.

A outra questão diz respeito ao custo bancário do recurso que ia ser pago pelos municípios. Nós fizemos uma emenda para que o Fundo Estadual atendesse essa parte do custo operacional e os municípios não precisassem pagar. Essa foi outra emenda atendida. Além disso, há outras emendas que não foram acatadas, como aquela de pagar 50% já na assinatura do convênio, mas entendemos que isso não é tão importante. Vamos insistir, esta tarde, em uma emenda que para nós é central.

Deputado Darci de Matos, não queremos complicar nenhum processo, estamos colocando aqui o mínimo de R\$ 700 mil para todos os municípios. E se v.exa. inclusive falou na comissão de Constituição e Justiça, sendo que o estado vai atender algum critério, por que não escrever isso, então? Por que não botar no papel?

Estamos inseguros, temos dúvidas quanto à promessa do governo de que de fato vai cumprir e atender todos os municípios. Por

isso insistimos aqui, porque neste momento talvez seja o PT que seja da Oposição. Quem me diz que até o final do ano o PSDB, por exemplo, não lance candidato, como está por aí, na imprensa, e vire Oposição e depois não possa receber recursos? É uma segurança o PMDB, o PP, os demais partidos.

Assim sendo, não queremos que nenhum município seja discriminado, que todos recebam o mínimo de recurso.

Estive, pela manhã, conversando com a prefeita de Ouro Verde, do PT, e ela não sabe nada, ninguém a consultou. Então, o que queremos com a nossa emenda é o seguinte: não ter máximo nem mínimo. Inicialmente, pensávamos em colocar aqui um escalonamento porque o dinheiro público tem que ajudar em tese no desenvolvimento dos municípios que mais precisam. O IDH poderia ser um critério, mas não o temos no projeto.

Assim sendo, a nossa bancada entende que deveríamos destinar um valor mínimo de R\$ 700 mil para todos os municípios.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, observando atentamente a nobre deputada Ana Paula Lima e o deputado Dirceu Dresch falando a respeito dessa emenda que estamos discutindo aqui, paira-nos uma dúvida, principalmente para quem está acompanhando a nossa discussão, quanto ao governo federal estar, de uma forma graciosa, passando esse dinheiro para nós aqui e a bancada do PT preocupada em fazer a distribuição correta. Cabe-me esclarecer aos catarinenses que esse não é um dinheiro doado, é um empréstimo que o governo do estado está fazendo, pelo qual irá pagar juros e correção monetária.

Sr. deputado Carlos Chiodini, se v.exa. for a um determinado banco e pegar um empréstimo de R\$ 100 mil e chegar para mim e dizer que irá me doar, quem é o bonzinho na história? O banco ou o deputado que pegou o dinheiro para me dar? Então, não somos tão pobres em pensar assim, tem que haver essa ação de quem é governo. A prova disso é simples: lá na minha terra o nosso colega Marco Tebaldi, que é deputado federal, diz que não conseguiu liberar nenhuma emenda sua até agora de todas que apresentou porque, pelo fato de ser do PSDB, da Oposição, o governo federal não manda liberar. Parece que a prática do governo federal é beneficiar quem é da Situação e renegar quem é da Oposição. Então, com essa experiência que v.exas. estão tendo, deputada Ana Paula Lima, o medo é que o governo estadual faça o mesmo. Mas fique calma, deputada!

Mas quero dizer o seguinte: eu, que já fui Oposição, nesta Casa, tenho nas minhas costas aquelas marcas de trator de esteira boa, que quando engatava a primeira passava por cima de nós, que até era bonito de se ver, e invejava quem era da Situação, pois conseguíamos fazer alguma alteração nas emendas. Agora sou da Situação e o meu governador chama os deputados da Oposição e diz que eles terão o mesmo que os da Situação. Aí pensei: o que eu levo a mais disso? Qual é a diferença? Porque quando eu era Oposição a Luiz Henrique da Silveira, ele nos tratava um dia a pão e no outro a água e o pau comia. Agora, quem era da Situação, meu Deus do céu, andava bonito por aí. Vai explicar ao eleitor que não conseguíamos liberação de nada porque éramos da Oposição.

Agora o meu governador chama a Oposição, deputado, e diz assim: "Vocês, do PT, do PCdoB, do PDT, que estão lá venham para cá e indiquem quem vocês querem ajudar, porque nós também vamos ajudar." Isso é um governo de verdade!

Então, deputada Ana Paula Lima, fique tranquila porque a experiência que o PT está fazendo no Brasil em não beneficiar quem é da Situação não vai acontecer aqui.

Só para encerrar, sr. presidente, quero dizer que temos que ter agilidade. Digo isso aos prefeitos quando da elaboração dos projetos, porque estive conversando esta semana com o presidente do Badesc a respeito do último recurso que aprovamos aqui em relação ao Juro Zero das 295 prefeituras do estado, apenas três apresentaram os projetos e o dinheiro já está à disposição. A culpa é de quem? Do governo do estado? Do presidente do Badesc? Não, são das prefeituras, pois lá há valor mínimo e têm que apresentar.

Então, que os prefeitos fiquem atentos para apresentar bons projetos, porque o dinheiro já está garantido para os 297 municípios.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado Kennedy Nunes, v.exa. é conhecido por seu um grande orador, mas está profundamente equivocado no campo da situação política. V.Exa. se distancia da realidade ao dizer que o PSD não integra formalmente a base do governo Dilma Rousseff, pois o governador Raimundo Colombo provocou um grande movimento político no estado de Santa Catarina exatamente pelo tratamento que a presidenta dispensa a ele, que não integra a sua base do governo.

O movimento político é de tal monta que fez a família Bornhausen ir para o Partido Socialista Brasileiro. Vejam que estamos falando dos Bornhausen no Partido Socialista Brasileiro! Se v.exa. acha que é pouco o que estamos vendo aqui, há ainda o tratamento da presidenta Dilma ao estado de Santa Catarina como parceiro de corrigir um erro histórico de quanto arrecadamos, de quanto trouxemos para cá. É para lá de republicano.

Considero que o seu posicionamento de tribuna é, como sempre, brilhante do ponto de vista de orador, mas pouco construtivo para este Parlamento. É verdade que a emenda do PT será votada como a maioria deseja, mas é preciso ver que todos nós estamos fazendo um esforço para trazer recursos ao estado de Santa Catarina.

Esta é a posição do sr. governador que não viu bandeiras e não foi para lá dizer - ele que se elegeu novamente, digo, com o apoio da família Bornhausen e que nunca se furtou de sentar com a presidenta do PT - que Santa Catarina precisa da senhora. E a presidenta também nunca se negou a ver isso, tanto é que tem conquistado o apoio desse mesmo governador para o seu projeto de reeleição.

Portanto, o que estamos tentando fazer aqui é criar normas. Tanto era preciso que emendas já foram aceitas. Assim, aperfeiçoou o projeto.

Quer dizer aqui que a presidenta Dilma Rousseff criou uma distorção do cenário em que estamos é ficar distanciado da realidade política, que é uma hecatombe.

Quando formos ler a história de Santa Catarina recente e vermos os momentos

que aconteceram no último ano, em particular com a deferência que a presidente, reconhecida pelo governador Raimundo Colombo, tem com o estado de Santa Catarina e com ele. Esquece v.exa. que o PSD está fazendo muita força para entrar no projeto de reeleição da presidente. E vários de nós aqui, aliás, não me ocorre nenhum partido aqui, exceto os companheiros do PSD, do PSDB, estão muito longe desse projeto.

Ademais, srs. deputados, estamos construindo um Brasil novo, uma Santa Catarina nova, com uma relação republicana que esta Casa também faz. Daí a dizer que os parlamentares, no uso legal, constitucional e regimental de propor emendas estão tentando atravancar o processo, é uma leitura que não contribui para o que estamos tentando fazer. Se hoje dizemos que esse dinheiro é bom para Santa Catarina, e o governador diz que é bom para Santa Catarina, pois são R\$ 10 bilhões que o governador terá de investimentos, diferente dos R\$ 2 bilhões que usualmente teria...

Isso é ou não é bom para Santa Catarina? Isso demonstra que o governo que o PCdoB integra com muito orgulho, cujo projeto apóia desde 1989, portanto, não é companheiro de última hora, quando as coisas estão muito bem encaminhadas...

É isso que precisamos fazer no país. E não contribui com toda a boa vontade, que sei que v.exa. tem, com todo o respeito que ele tem, subir na tribuna para fazer de conta e dizer: A Dilma é um ser horrível que está cobrando fortunas por esse dinheiro, e Raimundo Colombo é o bonzinho que está doando.

Tenho certeza de que o governador não afiança seu discurso da tribuna porque ele, ao contrário, tem feito o discurso de que, para além das pretensões políticas imediatas, está cuidando de Santa Catarina. Inclusive colocou em risco a aliança que o elegeu, pois sabemos que a força política que a família Bornhausen teve no seu projeto de eleição teria no seu projeto de reeleição, mas ele abriu mão disso, em grande parte, para apoiar o projeto de reeleição da Dilma porque é o melhor para este país, mais do que isso, é o melhor para Santa Catarina.

Então, 100% da bancada do PCdoB na Assembleia Legislativa estão olhando com bons olhos esse movimento da presidente Dilma, que mostra que Santa Catarina tem importância econômica e política, que nunca este estado conseguiu alcançar na devida proporção que merece. E mais do que importância econômica, estamos olhando para um futuro novo. Ela construiu esse momento e o governador Raimundo Colombo soube ver esse momento e está trazendo para Santa Catarina o que precisamos.

Portanto, o que precisamos construir aqui é unidade em torno de recurso que é do povo brasileiro e que vai ajudar Santa Catarina enormemente.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Cada vez que um deputado assume à tribuna, mais confusa fico, como também o povo catarinense. O deputado Kennedy Nunes falou de emendas de parlamentares em nível nacional que não foram... Por isso a preocupação da bancada do PT em apresentar emenda, para que todos os municípios catarinenses sejam beneficiados com pelo menos R\$ 700 mil, para

não ter a dúvida que esse senhor que v.exa. mencionou na tribuna não possa ficar sem os recursos necessários aonde ele destinou.

Por isso a importância dessa emenda que não tem critério político, tem critério técnico, para que todos os municípios possam ser beneficiados, porque isso já é uma fala de diversos parlamentares, do governador e do vice-governador. Eu não sei por que o medo em não votar essa emenda.

Outra questão que não podia deixar de mencionar é que o deputado Kennedy Nunes, numa legislatura de outro governador, foi massacrado. O trator passou por cima dele e ele não foi beneficiado. Por isso que v.exa. mudou de partido? E a nossa preocupação é o Fundo Social, que é uma vergonha, que ninguém controla nada, que todo mundo destina para onde quer. Essa é a nossa preocupação.

Por isso essa emenda vai fazer justiça neste estado, garantindo que todos os municípios recebem, pelo menos, R\$ 700 mil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sras. deputadas, srs. deputados, entendo que no momento presente esta Casa deve fazer uma reflexão e relembrar um pouquinho os fatos de tudo o que aconteceu até a chegada deste momento.

O governo federal obrigou Santa Catarina a assinar o acordo para unificar o ICMS. A receita do estado veio aqui para baixo. Santa Catarina, Espírito Santo e mais dois ou três estados tiveram um prejuízo grande na arrecadação do ICMS.

O segundo grande problema é que o benefício que o governo federal concede com o chapéu dos outros, que é a redução do IPI, que é compartilhado entre todos, diminui a arrecadação da ponta da linha, que é no município. E o prefeito de Romelândia está aqui, está pedindo dinheiro para fazer escola, para aumentar posto de saúde, porque o FPM diminuiu também. Então, sofreu Santa Catarina e sofreram os municípios.

Mas a presidente Dilma, como salvadora da pátria, disse aos quatro cantos: governador Raimundo Colombo, não se preocupe que eu vou arrumar muito dinheiro a fundo perdido para Santa Catarina.

Eu pergunto: deputados, digam-me quantos mil reais vieram a fundo perdidos para Santa Catarina nesses últimos três anos? Faça esse desafio.

E qual foi a solução? A solução foi o governador Raimundo Colombo endividar Santa Catarina, procurar os organismos nacionais e internacionais financeiros para contrair empréstimo, deputado Silvio Dreveck. Para quê? Para fazer hospital novo, para fazer escola nova, para fazer estrada, porque muitas dessas atribuições são de competência exclusiva da união, como a segurança pública. E a presidente Dilma Rousseff não manda num tostão.

E aí o governador, num gesto de querer ajudar os municípios a sair do sufoco em que se encontram, manda para esta Casa um projeto de lei para autorizar, retirar de um empréstimo de R\$ 3 bilhões e destinar R\$ 500 milhões aos municípios, exatamente para cobrir o buraco da redução do FPM. Mas a Oposição não quer votar esse projeto, está dificultando, está fazendo boquinha. E o próprio governador não discriminou ninguém.

Podem ir a Brasília para ver se há deputados do PSDB que estão com as suas emendas aprovadas. Não há, porque elas foram

rejeitadas. E aqui o governador chama a bancada do PT e diz o seguinte: a mesma quantidade de emendas que um deputado da Situação vai ter o do PT vai ter também, indicando os municípios e os projetos. Essa é a verdade dos fatos. São R\$ 500 milhões de empréstimos que o governo está fazendo para dar aos municípios.

Discriminação, deputado presidente Joares presidente, é mandar dinheiro a fundo perdido para Venezuela, para o Peru, para a Bolívia e não para os brasileiros!

Discriminação é perdoar dívida do BNDES com o país da África do Sul. Isso é discriminação!

Discriminação é prometer o fundo perdido e não cumprir com Santa Catarina.

Por isso que esta Casa tem que dar o exemplo e aprovar esse projeto de lei para ajudar os municípios a sair do sufoco. É calçamento, é máquina, é escola, é infraestrutura de segurança pública.

Sr. presidente, agradeço a oportunidade, mas fui obrigado a fazer esse desabafo porque a Oposição vai levar os R\$ 3 milhões, mas mesmo assim está fazendo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peça a palavra, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer apenas dois registros. Primeiramente, não vou entrar na polêmica das eleições do ano que vem porque o debate aqui fugiu um pouco do que nós estamos tratando, que é o projeto de lei para aprovar o fundo e esses recursos para os municípios.

Fiquei muito atento à fala do deputado Dirceu Dresch, entendo sua preocupação no que diz respeito ao Orçamento Regionalizado, mas devemos esclarecer também que o mesmo foi ampliado a 34 reuniões por conta de um acordo na comissão de Finanças e Tributação, sendo que o nosso Regimento dá um prazo de duas semanas.

Portanto, se a referida comissão entendeu nesse acordo de ampliar, quero dizer que participei dele e também não concordo, até porque falei com o presidente, pedi para que voltássemos a deliberar nesta Casa, a fim de permitir que as prefeituras possam ter um alento de recursos, porque quanto mais morosidade houver mais penalizadas serão as prefeituras e o povo catarinense.

Por outro lado, sr. presidente, quero registrar que fui relator dessa emenda e por conta disso tenho a obrigação de apenas não debater, mas registrar a emenda de estabelecer ou determinar o projeto de lei com o valor mínimo de R\$ 700 mil. E para quem foi prefeito sabe muito bem que o projeto, deputado Aldo Schneider, v.exa. que já foi prefeito e tantos outros colegas, dependendo do município, pode ser de R\$ 700 mil, como pode ser de R\$ 800 mil, de R\$ 900 mil ou de R\$ 690 mil.

Além disso, essa pequena flexibilidade é importante para as prefeituras, como é importante para o governo. O que sabemos é que todos os municípios catarinenses serão beneficiados com recursos que o estado de Santa Catarina vai pagar. As prefeituras não, os prefeitos não, mas o estado, a população catarinense vai pagar lá na frente, porque é um empréstimo para o estado catarinense, o qual

agradecemos, mas não é dinheiro tão de graça assim não.

Portanto, espero aprovar esses dois projetos em favor dos municípios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, quero anunciar a presença, no plenário, do prefeito Alcides Grohskopf, de Rio Negrinho, que vem à nossa cidade, nesta Casa, receber uma obra importante para a segurança pública, que é a penitenciária do planalto norte.

Parabéns ao prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência registra e agradece a presença, nesta Casa, do prefeito e das demais autoridades.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero pedir a v.exa. que esclareça, principalmente para quem está na sua casa, como votaremos aqui. Nós vamos votar o projeto, que é uma coisa, e votaremos a emenda separadamente, que é outra coisa. Porque dá a impressão de que quem votar contra a emenda estará votando contra a destinação desses recursos. Estou dizendo isso para que v.exa., como presidente da Casa, esclareça para quem nos está ouvindo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, nós estamos discutindo e vamos votar na sequência o destaque, a emenda. Temos um destaque e uma emenda apenas e depois vamos votar o projeto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas gostaria que v.exa. ratificasse que a posição dos parlamentares sobre a emenda não contamina sua posição sobre o projeto como um todo, para não dar a impressão de que é favor ou contra a emenda, que é a favor ou contra o projeto. Não para nós, que estamos aqui, mas, principalmente, para quem está em sua casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Foi devidamente esclarecido, sra. deputada Angela Albino.

Com a palavra, agora, o eminente deputado Gelson Merisio, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Prezados sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, e prezadas deputadas e deputados, hoje estou inaugurando, na verdade, a minha atuação na tribuna depois de um período afastado quando estive na Presidência. Mas acho importante reposicionar alguns posicionamentos, para que não haja injustiças e tão pouco mal-entendidos sobre o que está acontecendo aqui.

Em primeiro lugar, acho absolutamente legítimas as opiniões contraditórias, sejam dos deputados da Oposição, representados aqui pela líder do PT, deputada Ana Paula Lima, como as do deputado Kennedy Nunes, que não está aqui representando o partido nem o governo, é uma posição individual que tem que ser respeitada tanto de um quanto de outro.

Também é preciso dizer e reconhecer o grande momento por que passa o estado de Santa Catarina, que tem uma capacidade de investimentos, ações, realizações e obras como

talvez nenhum outro estado brasileiro. Isso muito em função dessa relação amistosa, republicana, resultado construído com a presidente Dilma Rousseff, que é preciso ser reconhecido.

Quando se fala de um projeto específico de R\$ 3 bilhões que são de fato para financiamento, não podemos esquecer de que há, sim, diversos convênios e repasses de recursos a fundo perdido para o estado, sendo que há um processo de renegociação da dívida pública que vai permitir ao estado um desembolso menor de aproximadamente R\$ 700 milhões todos os anos. E Santa Catarina foi o único estado brasileiro a conquistar essa condição de renegociação.

Por isso, por dever de justiça e de lealdade, é preciso que seja reconhecido e também enaltecido, porque não se está aqui praticando nenhuma negociação entre Oposição e governo, como, aliás, não se está praticando na relação entre o governador do estado de Santa Catarina e a presidente da República. Não há em todas as tratativas nenhum componente eleitoral encaminhado, assim como há em Santa Catarina diálogo salutar, diálogo democrático e relacionamento que se estabelece. Se ao longo deste ano for estabelecida também uma relação de confiança que se permita estender à questão eleitoral, somente o tempo é que vai dizer o momento oportuno que se irá decidir.

Respeitando a individualidade, o pensamento divergente de cada um dos srs. parlamentares - isso vale tanto para os deputados da Oposição quanto para os deputados do nosso partido e também para os da base aliada -, parece-me que todos concordam com o objetivo desse projeto que está sendo votado, concordam com a sua necessidade, com a sua capilaridade. Porque muitas vezes quando se fala em emenda parlamentar há, por parte da sociedade, uma distorção do objetivo.

Na verdade, o que o parlamentar faz? Ele vai ao prefeito - muitas vezes os menores, os que têm mais dificuldade de acesso ao governo do estado, ao governo federal - e a ele destina essas emendas que são pulverizadas em obras, em investimentos em municípios muito pequenos que em muitos casos não teriam esses recursos não fossem também as ações do deputado estadual e do deputado federal.

O critério que vai ser votado aqui hoje, sinceramente, é uma decisão de maioria. Não de Oposição ou de governo. É uma decisão de maioria e do pensamento individual de cada um. É possível que alguns deputados da Oposição votem a favor ou contra.

Agora, com relação ao projeto como um todo, não acredito que alguém será contra porque ele é fruto de uma relação republicana, amistosa, transparente não somente na relação de governo de estado com o governo federal, como também no governo do estado com esta bancada que é divergente em alguns aspectos, típico do estado de Santa Catarina, que tem uma diversidade das suas posições e da sua riqueza, mas tudo é feito com transparência e muito respeito.

Então, respeitando a posição de todos os parlamentares, era preciso fazer esses esclarecimentos para reconhecer na presidente da República que no governo Raimundo Colombo teve uma atuação absolutamente republicana, com muitos resultados práticos para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gelson Merisio.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria somente de registrar a presença do presidente do Simpol - Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina -, sr. Anderson Amorin, e de seu vice-presidente, sr. Juliano Pedrini, e de informar que hoje, no auditório Antonieta de Barros, será a posse da diretoria dos próximos três anos.

Amanhã, o governador vai anunciar aos prefeitos - dois do PT, um do PSDB e um do PP, o Plínio, de São José dos Cedros - que o governador estará lá. E o governador estará em Anchieta, do PMDB.

Muito obrigado, sr. presidente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas registrar que a servidora pública estadual Aline Grasiela, em licença gestante, está-se comunicando pelas redes sociais, acompanhando ao vivo a Assembleia, numa demonstração de cidadania, nos minutinhos que o bebê está dormindo. Deixo um abraço a ela que mesmo em licença gestante está acompanhando os trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada Angela Albino.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer algumas observações. Não vou repetir o que já foi dito, mas concordo com o que foi falado a respeito do esforço, de uma ação republicana da presidente Dilma, do governo federal e do estado para buscar mais recursos para Santa Catarina, que está possibilitando ao estado a receber o maior volume de recursos que se tem registrado nos últimos tempos.

Há recursos de empréstimos, de alguns financiamentos facilitados e há outros convênios que preveem recurso a fundo perdido. Assim deve ser a relação republicana, como merece Santa Catarina, e está dentro do que o nosso povo precisa.

É importante também dizer que talvez pouca ou nenhuma Assembleia ou Câmara de Vereadores, pelo menos de um município maior, fez o que fizemos há dias, quando um projeto entrou no plenário no decorrer da Ordem do Dia. O projeto teria que ser lido e depois distribuído às comissões, portanto, levaria pelo menos uns 15 dias para a votação, e analisaríamos com a contribuição da Oposição em 15 ou 20 minutos, porque entendíamos que era uma matéria importante, urgente. Eu mesmo argumentei isso com a nossa bancada, que depois também interpretou dessa forma, e foi feita a votação.

Este projeto entrou ontem na comissão de Constituição e Justiça, é importante esclarecermos isso à sociedade catarinense, e foi votado hoje de manhã. Posteriormente, foi para a comissão de Finanças e lá atrasamos o início da nossa reunião para poder recebê-lo a tempo. Votamos o projeto naquela comissão e a comissão de Serviço Público votou também, mas qualquer pedido de vista interromperia o andamento da sua tramitação.

Então, o mérito dessa matéria estar sendo votada rapidamente é coletivo, porque qualquer deputado, nem precisaria ser uma bancada inteira, que quisesse estaria no seu tempo regimental para interromper a votação.

Isso demonstra a importância que estamos dando como um todo a esse projeto que é importantíssimo para os municípios. E queremos que esses recursos cheguem o quanto antes para cada prefeitura.

Mas também não podemos deixar de fazer o debate e de criar os mecanismos que garantam uma distribuição justa e transparente, porque não importa se o recurso vem do governo federal ou estadual, pois é público, e se é público precisa ser bem aplicado.

Toda essa discussão aqui diz respeito a uma emenda que acredito que nem todos tenham-na visto, sendo feita uma análise mais profunda, pois a emenda não prejudica em nada tudo que foi dito aqui por A, B ou C. Ela inclusive não contradiz o que o governador está dizendo; não contradiz o que está sendo feito na prática, apenas garante que haverá o mínimo para todos os municípios, o que inclusive já está sendo feito, pois não estão sendo anunciados menos que R\$ 700 mil. Mas poderiam dizer que então não é preciso porque já está sendo feito, mas o que não está na lei, o que não obriga, é uma questão informal, mas na medida em que está na lei isso se torna um critério absoluto.

Então, a emenda não engessa nada, não se refere a projeto, mas sim a município. Portanto, se o município tem lá R\$ 650 mil, pode fazer um complemento de mais R\$ 50 mil. Ela é absolutamente viável, não prejudica, mas cria apenas um critério mais objetivo, mais transparente para fazermos a distribuição e o controle desses recursos.

Para encerrar, quero dizer que acho que o mais importante é isto: os recursos e a análise.

Mas também quero dizer o seguinte: v.exas. já imaginaram se essa discussão fosse no Congresso Nacional, se se votaria em um dia, como está-se votando? O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu uma mensagem de uma matéria que estava há mais de 60 dias em discussão na Câmara. Depois, no Senado, estava há oito dias e ele sequer leu. E nós, em um dia, vamos votar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o penúltimo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, caros deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pessoas aqui presentes neste plenário, na verdade, estava até com certa pressa de votar, mas como vi que cresceu a lista dos inscritos para falar sobre esse projeto, eu me inscrevi também.

Para começar, quero fazer um comentário. Quem analisa de fora o debate que está havendo neste Parlamento sobre vários aspectos, especificamente sobre esse projeto, deve estar pensando: "Que lugar para ter governo bom! É aqui em Santa Catarina, é lá em Brasília, é governo bom que não acaba mais"! Está-se brigando e há filas e mais filas de deputados para usar o microfone para dizer que aquele governo é bom, mas o outro é um pouquinho melhor. E parece que vai chegar o dia em que vamos ver briga no microfone de um querendo convencer o outro de que o melhor governo é o do partido do outro.

Estamos fazendo essa reflexão evidentemente não para ironizar, mas apenas para refletir na lógica o que estamos debatendo

aqui de que cada vez mais está-se tornando no Brasil um grande partido único com diversas tendências internas, um imenso partido único nacional, cuja sigla é possível imaginar, discutindo se é melhor com mais tempero ou com menos tempero o grande projeto para a República, para os estados e para os distritos, vamos dizer dessa forma.

Eu vejo simplesmente que - e estamos fazendo uma reflexão política aqui, inclusive alianças eleitorais para o ano que vem já entraram no debate também, por isso que assomei à tribuna - tudo está ficando tão parecido que se está brigando por assuntos, parece-me, a meu ver, absolutamente secundários. Está-se achando motivos para debater assuntos que são absolutamente secundários.

Eu vou votar na emenda destaque apresentada pela bancada do PT porque acho que não haveria problema nenhum e está na lei o seguinte: no mínimo R\$ 700 mil para cada cidade, mesmo a menor, aquela mais distante, aquela mais esquecida. E se é que estamos com tanto governo bom, acho que não há nenhuma esquecida, deputado Reno Caramori.

A imprensa tem falado e se tem falado aí fora também - inclusive algumas pessoas do movimento popular, quando querem queimar deputados, até este deputado, dizem: "Cada deputado vai ganhar R\$ 3 milhões do governo", e isso jogado ao léu -, que nenhum deputado vai ganhar nenhum real do governo. Todo esse dinheiro, esses R\$ 3 milhões, que cada deputado vai poder dizer para qual cidade que vai e para qual projeto, como os outros tantos "lhões" que o palácio vai distribuir através do BNDES, é dinheiro público que já iria para o município. De qualquer forma, deveriam ir, e iriam, para as 295 cidades do estado de Santa Catarina.

Talvez a atitude republicana mais correta seria uma distribuição racional, apartidária e a nossa tarefa fosse a de discutir, aprovar e polemizar, inclusive, sobre esse projeto. Porque da minha parte, do nosso mandato, evidentemente que o Soares vai dizer que não quer ajudar a distribuir os quinhentos e poucos milhões e os três da cota dele.

É óbvio que vou apanhar na rua, nas cidades, inclusive na cidade onde nasci, mas o nosso trabalho nesse processo será simplesmente fazer um ofício ao palácio do governo e outro ao prefeito para informar que o projeto é dele, a prestação de contas é dele, é atribuição do município.

Então, na verdade, as emendas federais, os fundos social, a subvenção social são tudo um debate para tentar colocar o legislador na tarefa de ordenador de despesas e de distribuidor de dinheiro. Isso inclusive desvirtua o objetivo do Parlamento, na minha forma de ver, e essa é a minha crítica, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, vou usar a palavra por dois minutos. Quero cumprimentar o deputado Gelson Merisio pelas colocações que fez e cumprimentar também o deputado Neodi Saretta.

Nós levantamos aqui uma discussão. E tive a oportunidade de acompanhar o governador Raimundo Colombo, há duas semanas, e o deputado Neodi Saretta também, em Piratuba, onde o prefeito do PMDB recebeu os seus recursos. No município de Ipira o prefeito

é do PT e recebeu os seus recursos. No município de Piritiba, do seu partido, também recebeu os seus recursos. No município Alto Bela Vista a prefeitura é do partido do governador e também recebeu o compromisso das suas emendas.

Chegamos a Concórdia, onde também o partido do prefeito João Girardi é o PT, e o governador assumiu o compromisso, deputada Ana Paula Lima, de destinar R\$ 5 milhões para a construção de um asfalto no interior do município, um pleito antigo da comunidade e do prefeito. O governador assumiu o compromisso em Concórdia de destinar R\$ 800 mil para a construção de uma creche e R\$ 300 mil para dar apoio à festa de exposição que aquele município vai realizar, que é uma das maiores exposições, deputado Reno Caramori.

Então, temos que fazer justiça e dizer que o governador está sabendo construir com inteligência com a presidente Dilma Rousseff, como a presidente Dilma Rousseff está construindo em Santa Catarina o prestígio do seu mandato.

A emenda é uma questão de pensamento de cada parlamentar, mas o principal de toda a discussão é porque os recursos ainda estão centralizados num poder. No momento em que os recursos possam ser distribuídos de Brasília com critérios para todos os municípios, e os prefeitos não precisarem mais ir à busca das emendas dos deputados federais, deputados estaduais, claro que vamos ter, deputado Edison Andrino, v.exa. que já foi deputado federal, uma distribuição muito mais justa e melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para concluir o debate sobre a matéria, o eminente líder do governo, sr. deputado Aldo Schneider, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado, sr. presidente.

Quero cumprimentar aqui as nossas deputadas e os nossos deputados, os telespectadores da TVAL e da Rádio AleSC Digital e fazer aqui algumas considerações com relação aos dois projetos de lei que votaremos dentro de alguns instantes.

Mas antes de fazer essas considerações, quero aqui, desta tribuna, agradecer de público a compreensão de todos os parlamentares que compõem a Casa do Povo de Santa Catarina pela compreensão no entendimento da importância desses projetos para os 295 municípios, construindo conosco, nas comissões de Justiça, Finanças e de Trabalho, uma participação quase que unânime de todos os deputados que fazem parte das referidas comissões.

Assim sendo, quero agradecer a participação de todos. Obviamente que o debate faz parte, mas não há obrigatoriedade e todo mundo pode convergir, mas a presença dos srs. parlamentares foi fundamental para que chegássemos neste momento de podermos discutir este assunto.

Eu gostaria de discorrer um pouco sobre as emendas apresentadas, saber por que de elas não terem sido acatadas e dizer nessa composição aos senhores que estão nos ouvindo, neste momento, que todas elas têm o seu motivo.

O PT apresentou uma emenda que solicitava 50% de depósito quando da assinatura do contrato na conta das prefeituras. Ponto número um: esse dinheiro vai ser gerenciado pelo BRDE, portanto, não haverá depósito para as prefeituras. A partir do

momento em que as prefeituras apresentarem o seu projeto, o que ela vai querer fazer com os seus recursos, o BRDE vai analisar e autorizar a licitação e na sequência liberar o pagamento.

Quanto ao *spread* cobrado pelo BRDE, foi levantado nas comissões de quanto é esse valor, por que os municípios teriam que pagar.

Foi uma emenda que construímos com a bancada governista nesta Casa, com o apoio e com a aquiescência do sr. governador, que acatou essa emenda da bancada do PT, excluindo esse custo dos municípios e fazendo com que ele partisse do fundo.

Então, de modo a acrescentar e melhorar este projeto, nós acatamos essa emenda por entender que aprimora o projeto.

O valor mínimo é de R\$ 700 mil por município. Todos nós, desde que estamos falando sobre esses financiamentos, estamos dizendo que todos os municípios serão atendidos. Obviamente que é uma prerrogativa do governador, é ele o gestor do estado de Santa Catarina. Nós estamos aqui na condição de fiscalizar, de legislar, de representar a nossa região no que tange a levar obras, recursos e ações. Agora, quanto ao valor, é uma prerrogativa única e exclusiva do governador.

E a quarta emenda, que seria a questão do relatório das prestações de contas, foi acatado por nós, da base governista, e pelo governo, de que toda essa ação estará no Portal de Transparência, não havendo necessidade de relatório mensal para a Assembleia e para o TSE.

Quanto à criação do grupo gestor, gostaria de esclarecer, sr. presidente, que é meramente para a prestação de contas desses recursos. São R\$ 500 milhões que estão sendo destinados aos municípios e o BRDE vai fazer a operacionalização desses recursos.

Agora, o governo, através de uma secretaria setorial, terá que fazer a prestação de contas desses recursos junto ao BNDES. Por isso é que esses recursos foram destinados para a secretaria da Fazenda, através de uma diretoria específica existente na própria secretaria, a Diretoria dos Fundos, que vai controlar a prestação de contas dos municípios e fará a prestação de contas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Por isso, então, foi criado esse grupo gestor na secretaria da Fazenda.

Por proposição nossa, com a aceitação do governo, apresentamos uma emenda acatada pelas comissões que prevê a possibilidade de aportar mais recursos de outros financiamentos do estado que não sejam meramente esses R\$ 500 milhões.

Por que isso? É para que tenhamos uma margem de segurança e para que se houver uma dificuldade no futuro já tenhamos no escopo da lei autorização legislativa para que o governador possa cumprir esse compromisso com os 295 municípios de Santa Catarina.

Então, como estamos discutindo exaustivamente desde o momento em que este projeto entrou nesta Casa, quero fazer um agradecimento especial a todos os srs. deputados e as sras. deputadas pela compreensão.

A divergência, é lógico, é natural, mas temos consciência, o governo tem consciência de que se fôssemos avocar o Regimento Interno somente iríamos discutir este projeto daqui a 30, 40 dias. E o entendimento dos srs. parlamentares está fazendo com que a partir da aprovação e da sanção dessa lei os municípios já possam, através do BRDE, buscar a fórmula para serem liberados esses recursos.

Portanto, quero aqui, em nome do governo, agradecer à Assembleia Legislativa, aos meus colegas deputados e deputadas pela compreensão na votação célere desse projeto.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Encerrada a discussão.
A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.
A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.
A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, quero saber se iremos votar a emenda no painel e depois iremos votar o projeto, sr. presidente?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, primeiramente a emenda, depois o projeto. Conforme solicitação de v.ex.a., a votação será nominal no painel eletrônico.
A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Outra questão, sr. presidente: temos quórum hoje aqui e a solicitação seria de que pudéssemos votar a PEC n.0001/2013, que trata sobre a situação do maestro que está diuturnamente nesta Casa, que é o deputado sem mandato mais presente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Será a próxima matéria a ser votada, sra. deputada.
Em votação, no painel eletrônico, a emenda aditiva.
Aqueles que votarem "sim" aprovam a emenda, os que votarem "não" rejeitam-na.
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.
O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Minha orientação é para a bancada governista votar "não".
(Procede-se à votação no painel eletrônico.)
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI não
DEPUTADO CIRO ROZA não
DEPUTADO DADO CHEREM não
DEPUTADO DARCI DE MATOS não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI não
DEPUTADO EDISON ANDRINO não
DEPUTADO GELSON MERISIO não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não
DEPUTADO JAILSON LIMA não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI não
DEPUTADO KENNEDY NUNES não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI não
DEPUTADO MANOEL MOTA não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não
DEPUTADO MAURO DE NADAL não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA não
DEPUTADO RENO CARAMORI não
DEPUTADO ROMILDO TITON não
DEPUTADO SANDRO SILVA não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON não

DEPUTADO SILVIO DREVECK não
DEPUTADO VALMIR COMIN não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim
Está encerrada a votação.
Temos 24 votos "não" e seis votos "sim".
Está rejeitada a emenda.
Discussão e votação do Projeto de Lei n.0179/2013, de origem governamental, que institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (Fundam) e estabelece outras providências.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas e modificativas e uma subemenda à emenda modificativa.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Discussão e votação do Projeto de Emenda Constitucional n. 0001/2013, de autoria dos 40 deputados, que modifica o inciso VI do art.173 da Constituição do Estado de Santa Catarina (concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais que inclui a nossa OSCA).
Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.
Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.
Esta matéria foi amplamente debatida e está pronta para ser votada, com nenhuma manifestação contrária.
Em votação.
O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.
O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de agradecer aqui e cumprimentar também o nosso maestro da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina que esteve conversando muito sobre esse projeto. Fizemos emenda a este projeto e esperamos que se possa de fato fazer um grande investimento nos projetos culturais de nosso estado.
Temos uma reclamação de que em algumas regiões do estado está-se investindo muito pouco e precisamos discutir os critérios para beneficiar todas as entidades culturais.
Queremos então dar apoio a esse projeto e pedir também que sejam feitas as votações seguidas neste dia de hoje.
Muito obrigado.
O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.
O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de parabenizar o maestro por sua grande batalha para que fosse aprovado esse projeto. Parabéns também à cultura do estado de Santa Catarina.
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Após a votação da PEC, solicito a v.ex.a. que coloque o segundo turno e a redação final dos Projetos n.s 178 e 179, para que hoje seja resolvido esse assunto.
O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.
O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não poderia renunciar de fazer uma homenagem ao maestro José Nilo Valle e à cultura de Santa Catarina, depois de tê-lo acompanhado, pelos corredores da Assembleia, ao longo de anos e anos, lutando por esse direito.
Enfim, estamos fazendo justiça e isso nos alegra.
Parabéns à cultura do estado de Santa Catarina.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A votação será nominal.
(Procede-se à votação no painel eletrônico.)
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim
DEPUTADO CIRO ROZA sim
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO GELSON MERISIO sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SANDRO SILVA sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.
Votaram 31 srs. deputados.
Temos 32 votos "sim" e nenhum voto "não".
Está aprovada, em primeiro turno, a PEC n. 0001/2013.
(O excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Reno Caramori que votou a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação.)
Sendo assim, totalizam 32 votos "sim".
Esta Presidência, conforme solicitação, encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 17h19.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Emenda Constitucional n. 001/2013, de autoria dos 40 deputados, que modifica o inciso VI do art. 173, da Constituição do estado de Santa Catarina (concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais).

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
A votação será nominal, pelo processo eletrônico.

(procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim

DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Todos exerceram seu direito de voto?
(Pausa)
Está encerrada a votação.
Colho o resultado.
Temos 29 votos sim e nenhum voto não.

Está aprovada a PEC 001/2013, em segundo turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para a votação da redação final.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária, com a seguinte Ordem Dia: matérias em condições de serem deliberadas pelo plenário.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0178/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0179/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência recebeu expediente assinado por diversos deputados, todas as lideranças, juntamente com o deputado José Milton Scheffer, solicitando a concessão do espaço de dez minutos para que o eminente prefeito Evandro Gava, a rainha e as princesas da IX Festa da Gastronomia de Nova Veneza possam se apresentar, neste plenário, para fazer o convite.

Conforme entendimento das lideranças, suspendemos a sessão, por até dez minutos, para a apresentação da comitiva de Nova Veneza.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero saudar aqui o prefeito Evandro Gava, o vice-prefeito Zé Spilere, o secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Giliard Cesconetto Gava, italiano próprio, a rainha e as princesas e dizer da satisfação e o prazer de tê-las aqui conosco. Nós estivemos lá, deputado Joares Ponticelli, no baile de máscaras, e como diz o gaudério, meio disfarçado de tijolo à vista. Foi um grande evento. Parecia que estávamos em Veneza, na Itália, pelo glamour, o atendimento, o aconchego, a participação das lideranças e da comunidade.

Esse trabalho foi iniciado pelo ex-prefeito, sr. Rogério Frigo, e agora potencializado pelo Evandro Gava e Zé Spilere, como toda a sua administração.

Penso que ganha Nova Veneza, a região e Santa Catarina, uma terra de povo ordeiro, trabalhador, através da sua agricultura, rizicultura, indústria metalmeccânica, o agronegócio. Também temos a Agrovêneta, desencadeando, com certeza, um fator econômico sem precedentes, além da gastronomia e rota turística, dentro de uma integração de toda uma região que tem vocação determinada para esse segmento.

Por isso, parabeno o prefeito e toda a sua equipe por esse brilhante trabalho frente à administração do município de Nova Veneza.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Nessa mesma esteira quero cumprimentar o nosso prefeito Evandro Gava, o nosso secretário de Cultura, Esporte e Turismo, sr. Giliard Cesconetto Gava, a rainha e as princesas.

Eu tenho participado e convivido em algumas dessas festas em Nova Veneza. Realmente, ela se torna triste para aquele que perde e não faz festa, pois é uma das melhores festas de Santa Catarina. É um povo muito acolhedor, presente e sentimo-nos muito bem em estarmos junto com vocês.

Portanto, nós que conhecemos a região sul, conhecemos Nova Veneza, sabemos que o povo que está aqui, na capital, tem saudade de voltar àquela cidade. Hoje o referido município é um dos poucos da nossa região que importa mão-de-obra por não ter funcionários mais naquela cidade. Nós temos aí vários segmentos econômicos que buscam funcionários, desde Sombrio até Urussanga.

Então, é uma região forte. Nova Veneza merece isso e terá a melhor festa do sul de Santa Catarina. Apenas temos que agradecer pelo convite e parabenizar o sr. prefeito e a sua administração, também a rainha e as princesas. Vamos estar lá, com certeza, torcendo para que seja a melhor das últimas festas, a IX Festa de Veneza.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Presidente Joares Ponticelli, quero aqui cumprimentar o prefeito Evandro Gava, o nosso vice-prefeito José Speler, a Tais Helena Speler, a Luciana Vargas e a Carla Formigone.

Nunca a mesa da Assembleia Legislativa esteve tão bonita como está agora à tarde. E acima de tudo quero aproveitar a audiência da TVAL para reforçar o convite para a IX Festa da Gastronomia.

Quero dizer a todo o povo de Santa Catarina e a esta Casa que o município de Nova Veneza é um município que preserva a cultura. Lá vamos encontrar, deputada Angela Albino, uma gôndola que veio da Itália, no centro, na praça, um grande trabalho na questão cultural.

Está aqui o nosso diretor de cultura, o Giliard Gava. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem conduzindo. Mas acima de tudo, quero parabenizar o povo de Nova Veneza pelo empreendedorismo na área dos negócios, da agricultura e pela preservação que faz da cultura italiana. É um orgulho para todos nós e muito motivo de alegria tê-los nesta Casa visitando os gabinetes, convidando as pessoas de maneira muito amável, de maneira muito convincente, vendendo aquilo que Nova Veneza tem de muito precioso, que é a alma da cidade, que é a cultura italiana. Todos nós estamos

aqui muito orgulhosos do trabalho que vocês estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero cumprimentar o nosso prefeito, as rainhas e as princesas.

(O Deputado Reno Caramori agora passa a se manifestar em italiano.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Reno Caramori, parabéns por sua manifestação. Mas as taquígrafas querem conversar com v.exa., depois da sessão. Elas já me fizeram essa solicitação e acho que v.exa. vai ter que virar taquígrafo da sua própria mensagem do dia de hoje.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Joares Ponticelli, quero saudar o nosso prefeito de Nova Veneza. E sobre a história de Nova Veneza que vale mais do que o prédio do edifício da prefeitura...

E só quero relatar às taquígrafas que o dialeto do deputado Reno Caramori é da região da Cecília. E aqui estamos lidando com a região do Vêneto. Então, ele vai ter que adequar um pouco.

No mais, parabéns a Nova Veneza e vamos fazer um esforço extremo para estar na festa, porque realmente a cidade tem outros ares. E temos a convicção de que está sendo muito bem comandada pelo nosso prefeito.

Parabéns ao município de Nova Veneza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também quer cumprimentar o prefeito Evandro, a rainha, as princesas. Quero dizer ao prefeito que tivemos a oportunidade de participar do baile de máscaras. Eu nunca tinha tido essa oportunidade, assim como o deputado Valmir Comin e outros. E a nossa própria equipe da TVAL teve a felicidade de capturar diversas imagens. Tenho certeza de que não havia colhido em nenhum momento nada similar. Foi sem nenhuma dúvida a mais bela festa de gala que já participei.

Quero cumprimentar porque tenho acompanhado há dias o trabalho cansativo, exaustivo da rainha, das princesas. Elas que têm, junto com o Giliard e com toda equipe, feito esse esforço na divulgação. E quero reafirmar o convite feito a todos os catarinenses, pois vale a pena conhecer esse pedaço da Itália lá no sul do estado, de 20 a 23 de junho.

Muito obrigado pela presença do prefeito que nos prestigia neste momento.

Passaremos ao horário de Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputadas, fiz questão de falar hoje, numa sessão que teve a Ordem do Dia estendida por causa dos projetos aprovados aqui, porque alguns assuntos vão ficando para outro dia e acabam não sendo discutidos. E sobre esse assunto, inclusive, já tenho sentido necessidade de voltar a falar há alguns meses, nesta tribuna.

Quero falar do transporte coletivo da Grande Florianópolis e do fim da greve dos motoristas e cobradores, que ocorreu antecedente e ontem, e a decisão pelo fim da greve foi ontem à noite.

Gostaria de fazer também aqui um contraponto a tudo que se tem dito especialmente nos grandes meios de comunicação, em que se vê um quase consenso de discurso entre os patrões, os donos das empresas de transporte coletivo, os governos - e nesse caso o governo municipal de Florianópolis, a prefeitura municipal e o próprio prefeito, o nosso ex-colega deputado Cesar Souza Júnior -, e também os principais meios de comunicação.

Falam do desrespeito às leis, à população e às decisões judiciais, e queria aqui fazer uma reflexão a respeito disso.

A decisão da Justiça acerca da greve dos motoristas e cobradores, aliás, decisão anterior ao início da greve, é uma decisão de que deveriam manter 100% da frota funcionando em horário de pico e 50% nos outros horários. E aí os meios de comunicação e outras pessoas que têm espaço generoso nos meios de comunicação querem criminalizar os trabalhadores por não ter respeitado a frota mínima.

Ora, mais uma vez - e aí podem dizer o que quiser, inclusive falar de deputados populistas, e eu imagino que estejam se referindo a mim, como em outras oportunidades nessas situações também já me chamaram de demagogo ou oportunista, mas essa reflexão é absolutamente necessária porque eu acho que a demagogia está exatamente no outro lado, naqueles que estão falando isso...

A frota mínima de uma decisão judicial é 100% no horário de pico, e nos outros horários é 50%, e que já é o que é normal nos outros horários. Ou seja, por que, então, o magistrado em questão e todos os apoiadores da sua tese não deliberam, não decidem, não dão uma sentença dizendo que a greve é proibida e ilegal? Por que dizer que a frota mínima tem que funcionar, e a frota mínima é 100% da frota? Então, na verdade, é pedir para a decisão não ser respeitada.

Nós já tivemos situações parecidas em outras greves, ou em todas elas, porque faz muito tempo que passou a ter a criminalização, a judicialização de todos os movimentos da classe trabalhadora. E esse é um fato.

Mas eu não quero me restringir a isso. Falou-se aqui ontem também nesta tribuna sobre a greve e o deputado Silvío Dreveck, que não está presente - e eu até lamento porque gosto de debater com ele porque entra no conteúdo e não fica nas questões paralelas, e é franco no debate como convém ser e é necessário que seja -, falou ontem aqui e criticou o fato de não estar regulamentada a greve no serviço público. É verdade. Desde 1988 nunca foi regulamentada, e na minha avaliação, e considero correta, é que não foi regulamentada justamente para que possam continuar criminalizando, porque daí vale o critério do poder do governante, no caso do serviço público, na influência que o governo, que o Poder Executivo geralmente tem junto ao Poder Judiciário e não poucas vezes criminaliza a greve. Então, por isso que não regulamentam.

Nesse caso específico da greve de ônibus, embora seja uma concessão pública o transporte coletivo, as empresas são privadas e, portanto, a relação é da CLT. A regulamentação ou não da greve do serviço público não tem nada a ver com essa greve em questão, porque são trabalhadores do regime celetista e os patrões deveriam cumprir aquilo que define a legislação do trabalho e não tentar

descontar, a partir da redução da jornada de trabalho, no reajuste do ano subsequente à reposição; não dar uma reposição menor para pouco a pouco acabar o efeito da redução da jornada de trabalho que os trabalhadores tiveram fruto de uma conquista de uma greve.

Bom, dois dias se falou bastante, imensamente, alias, se usou como nas outras vezes, no passado também, termos mais duros para definir os trabalhadores grevistas do que os termos que usaram, deputado Ismael dos Santos, para definir aqueles marginais que botaram fogo nos ônibus aqui em Santa Catarina. E esse também é um elemento necessário para refletir. Parece que certos formadores de opinião e autoridades têm mais veemência para qualificar pejorativamente os trabalhadores em greve do que os marginais que colocam fogo em ônibus. Essa é a observação que ficamos fazendo daqui.

A greve terminou ontem à noite. E agora, a partir de hoje, nos próximos cinco, dez, 20 ou 30 anos futuros, está tudo resolvido no transporte coletivo em Florianópolis? Esses arautos da necessidade do direito sagrado de ir e vir da população será que consideram que a partir do encerramento da greve o direito sagrado de ir e vir da população está resolvido nesse sistema de transporte coletivo caótico da Grande Florianópolis, um dos mais caros do Brasil?

Os ônibus trafegam lotados, com jovens, crianças, senhoras e senhoritas apertados, numa situação, inclusive, que dá para definir como degradante em todos os momentos, mas os arautos do direito de ir e vir não vão para dentro de um ônibus, hoje, às 18 horas, ver como as senhoritas, senhoras e crianças estão sendo tratadas, com que respeito estão sendo tratadas dentro de um ônibus apinhado de gente, com um transporte coletivo caro.

A nossa cidade é uma ilha, e a única forma de chegar ou sair é por ponte. E essa cidade não está separada da terra firme, do continente, em alguns lugares, mais de um quilometro. Até 1926 não tinha ponte, e todo o transporte era feito por água. Aí se fez uma ponte e nunca mais se usou o mar como meio de transporte. Não entendo nada de Física, mas parece que o transporte pela água pode ser mais barato, inclusive, porque não tem o atrito. Pode ser mais racional.

Falávamos outro dia aqui da Ponte Hercílio Luz não só como patrimônio histórico, mas como meio de mobilidade urbana de transportes, como bicicletas, motos e até de pessoas a pé. Poderia tirar milhares de carros todos os dias, de uma sociedade que valoriza o automóvel. O atual governo federal está dando tudo e fazendo tudo para que a indústria automobilística, todos os monopólios

internacionais, possam ser cada vez mais felizes e arrecadar cada vez mais, produzir cada vez mais carros em detrimento de outras modalidades de transporte. Ah, mas não tem recursos para o transporte coletivo, para criar uma empresa pública de transporte coletivo em Florianópolis, ou na grande Florianópolis, enfim, não tem recursos, mas tem imensidade de recursos, imensidões de recursos para a BMW se instalar em Santa Catarina, para a GM se instalar em Santa Catarina. Continua-se endeusando o automóvel como forma de transporte, e aí, quando tem uma crise, como dois dias de greve, parece que o mundo acabou, e os trabalhadores são vítimas tanto quanto os usuários dessa mesma política de terem que ser ofendidos e aviltados pelos arautos do direito de ir e vir que nunca é cumprido neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVSÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC), DESTINADA A DEBATER O DESASSOREAMENTO DO RIO MAMPITUBA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2013, ÀS 19H, NA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

No dia 11 de junho de 2013, às 19h, reuniram-se autoridades e a sociedade em geral na Câmara de Vereadores do Município de Passo de Torres, para a realização de audiência pública promovida pela Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc, destinada a debater o desassoreamento do Rio Mampituba. Dando início ao evento o **mestre de cerimônias, Neomar Correa**, compôs a mesa de trabalhos, chamando o Deputado Estadual Dirceu Dresch; Horst Doering, superintendente do Ministério da Pesca em Santa Catarina; Sérgio Delfino Joaquim, Vereador do Município de Passo de Torres, representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; Juarez Godinho Scheffer, Prefeito do Município de Passo de Torres; Paulo Roberto Cordeiro, Vice-Prefeito do Município de Passo de Torres; Marlene Dutra Vidor, Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres; Jonas Souza, Vereador do Município de Passo de Torres e proponente da audiência pública; Adriano Delfino Joaquim, presidente da Colônia de Pescadores Z-18; Ana Lucia Joaquim, Secretária de Pesca do Município de Passo de Torres. Feito isso, conclamou a todos que ficassem em pé para a excussão do Hino Nacional Brasileiro. Após a execução do Hino, registrou a presença dos Vereadores Ademilson Batista, Pedro Paulo Bittencourt, Enio Silveira Luiz, Adilson Moacir Martins, Emerson Cardoso Kjillin, André Porto Silveira, de Passo de Torres; Tiago Zacca, Secretário municipal do Meio Ambiente do Município de Passo de Torres; Júnior Cesar Machado Scheffer, Secretário de Turismo do Município de Passo de Torres; Adércio José Velter, representando o Deputado Estadual Manoel Mota; Evandro Peres Cardoso, Secretário de Obras do Município de Passo de Torres; Juarez Tadeu dos Santos; presidente do Sindipesca; Lendenbergui Vargas Costa, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Passargada, Município de Torres; Cássio Bustolin, representando a senhora Nílvia Pereira, Prefeita do Município de Torres. Na sequência, passou a palavra ao **Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que, iniciando à audiência pública, ressaltou a importância da realização daquele evento e da participação da população. O senhor **mestre de cerimônias, Neomar Correa**, passou a palavra ao senhor **Jaime Batista, historiador e professor**

da Rede Municipal de Ensino Público, que, através de apresentação de PowerPoint fez um breve apanhado da história do Município de Passo de Torres em relação à pesca. Na sequência, após a declamação da poesia intitulada Em Carne e Bronze, relacionada à pesca na região, de autoria de Rosane Freitas, escritora nascida na cidade de Torres, Rio Grande do Sul, comentou que o Município de Passo de Torres tinha uma história atrelada à cultura da pesca e contou que antes da pesca o Município vivia da agricultura, mais diretamente da pecuária, dizendo que fora o tropeirismo que abriu caminhos onde posteriormente acontecera a ocupação territorial do Município. Explicou que a localidade de Curralinhos possuía aquele nome por conta daquele passado agrícola, pois que era antigamente o local onde os tropeiros paravam para o gado descansar. Explicou que o nome Passo de Torres originava de um trecho por onde o gado passava, sendo um dos caminhos abertos pelos antigos tropeiros para a passagem daqueles animais. Contou que as primeiras famílias se estabeleceram no Morro dos Macacos, desde a margem do rio Mampituba à lagoa do Sombrio. Citou que o senhor Manoel Rodrigues da Silva fora o primeiro tropeiro a se fixar naquela região, no ano de 1820, começando o legado agrícola do Município. Disse que no final do século XIX viria a pesca, e que os primeiros moradores relacionados àquela atividade começaram a procurar e a habitar a margem do rio Mampituba, por conta do crescimento do Município de Torres e pela procura da fartura de peixes que ocorria do local, momento onde surgira a primeira balsa de Passo de Torres e os primeiros comércios e armazéns de secos e molhados. A seguir, mostrou outra imagem de como eram os pescadores daquela época, observando que aqueles habitantes tiveram muitas dificuldades, pois em uma família de nove indivíduos, somente o pai e a mãe possuíam calçados nos pés, enquanto que os sete filhos ficavam descalços. Falou que os pescadores de rio foram os primeiros a surgir, que utilizavam o tradicional lance da tainha, método bastante conhecido no litoral catarinense antigamente e também nos dias atuais. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Prosseguindo, mostrou uma foto antiga, dos anos 40 ou 50, com vários pescadores de Passo de Torres e comentou que eles se organizavam em sociedade, que eram duas, sendo uma Sociedade da Rede de Cima e outra a Sociedade da Rede de Baixo, sendo que a produção, as tarefas e a parte financeira eram divididas entre eles, que eram em número de vinte, complementando que eles eram ligados à colônia de Torres e que posteriormente fundaram a colônia de pescadores de Passo de Torres. Mostrou na imagem uma produção de 1961 com um lance de mais ou menos quarenta mil tainhas na margem do rio Mampituba. Relatou que os pescadores do mar tinham

dificuldades para sair da barra porque as embarcações eram extremamente pequenas e a remo, passando por grandes dificuldades, como tempestades que viravam os barcos, e problemas para sair da barra porque não existiam os molhes. Seguindo, mostrou mais uma imagem mostrando o tamanho das embarcações e contou que aos poucos elas foram aumentando e passaram inclusive a ser a motor de polpa. Na imagem seguinte mostrou como era nas décadas de 30 e de 40, dizendo que naquela região praticamente não tinha nada. Mostrou também como era na década de 60 a saída da barra, e apontou para as dunas explicando que atualmente era a Passargada, que era o bairro que antes pertencia a Torres, sendo que posteriormente, na década de 70, quando os molhes foram construídos, abriram um canal naquele local, extremando com a Sapt, Sociedade dos Amigos da Praia de Torres. Seguindo, apresentou uma foto da década de 50, mostrando as balsas e a Sociedade da Rede de Baixo, tendo ao lado a sociedade da Rede de Cima, lembrando que ainda não existia a ponte naquele local e mostrou, a seguir, a foto da ponte quando havia sido inaugurada. Dizendo que a história de Passo de Torres era riquíssima, e que poderiam passar a noite toda falando sobre ela, e alegando que não tinha muito tempo para continuar, encerrou a sua apresentação acrescentando que Passo de Torres tinha um grande legado na agricultura e na pesca. Por fim, agradeceu a todos pela atenção e ao Vereador Jonas por tê-lo convidado a fazer aquela explanação. **O senhor mestre de cerimônias, Neomar Correa**, comunicou que em seguida iriam passar um filme sobre a pesca no Município de Torres, contendo relatos de vários pescadores sobre aquela atividade. Após a apresentação, registrou a presença do senhor Lendenbergui Vargas Costa, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Passargada, Município de Torres; e do senhor Cássio Bustolin, representando a senhora Nílvia Pereira, Prefeita do Município de Torres. **O senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que, após cumprimentar todos, comentou que tinha recebido um livro da escritora Aledir Bristot, que estava presente na audiência e era daquela localidade. Deu ciência que o setor pesqueiro, o da aquicultura e o da agricultura estavam passando por um novo momento no Brasil com a criação do Ministério da Pesca, o qual iria fortalecer aquela área. Com relação ao Plano Safra, disse que foram realizados vários seminários para discutir, para socializar e para oportunizar aos pescadores, aos maricultores e aos agricultores familiares a buscarem o acesso às políticas públicas existentes, acrescentando que mesmo com os grandes desafios como a questão ambiental, estavam discutindo o tema. Falou que o litoral do Estado de Santa Catarina tinha um enorme potencial e que os lagos e os rios eram fonte de produção de energia, complementando que a agricultura familiar tinha aumentado a produção do peixe nos tanques e nos açudes e que o Estado de Santa Catarina merecia ter um grande investimento. Falou para o senhor Adriano e para o pessoal do sindicato que a organização dos pescadores era fundamental para eles lutarem pelos seus direitos e para terem acesso às políticas públicas, tais como aposentadoria, crédito, capacitação profissional e outras políticas públicas. Ante o exposto, comentou que os pescadores deveriam buscar apoio da Câmara de Vereadores, bem como do Prefeito e dos Deputados estaduais e federais. Após, colocando a Comissão e os Deputados à disposição, disse que estavam para ajudar naquela luta. **O Mestre de cerimônias** passou a palavra ao senhor **Horst Doering, superintendente do Ministério da Pesca em Santa Catarina**, que cumprimentou todos os presentes e informou que tinham problemas em relação a demandas de dragagens e fixação de barras em praticamente todos os rios da costa catarinense e acrescentou que estavam lá discutindo o assoreamento da boca da barra do Rio Mampituba. Disse que na boca da barra do Rio Araranguá ainda não tinha sido construído os molhes, mas tinha um projeto no Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 30 milhões para fixar os molhes, e que existia uma divergência de onde fixar aqueles molhes. Disse que no governo Lula no rio Tubarão, no porto de Laguna, havia sido feita uma obra de fixação dos molhes e que havia ficado uma pedra na boca da barra, dificultando a passagem dos barcos que tinham que desviar para entrar naquele porto. Com relação à barra do Camacho, comunicou que no ano corrente fora realizado um convênio com a Cidasc, com governo do Estado, para realizar a dragagem da barra da lagoa do Camacho. Comentando que era um problema generalizado, disse que iriam precisar de muitos recursos para resolver o problema de todos os rios e de todas as bocas de barras. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O V Bitencourt] Ante o exposto, disse que os recursos existiam, mas era necessário em primeiro lugar de um projeto que dimensionasse o que precisava ser feito, que permitisse se ter uma estimativa de valores para executar aquela obra, a fim de que depois eles batassem na porta do Governador e, em Brasília, na porta da Ministra Ideli, na porta do Ministro da

Integração Nacional, e apresentassem um projeto técnico, para que este pudesse começar a tramitar. Também disse para se fazer a articulação com a bancada federal catarinense, com a bancada estadual, a fim de que se tivesse força política para que esse projeto pudesse tramitar e ter consequências práticas num curto espaço de tempo. Prosseguindo, informou que naquela época Santa Catarina respondia por 20% de todo o pescado produzido no Brasil, ou seja, o Estado era o maior produtor de pescado do País, tendo uma pesca artesanal e uma frota artesanal grandes, com 12.500 embarcações artesanais registradas no Ministério da Pesca e 1.250 embarcações industriais registradas no Estado, frisando que Santa Catarina respondia por 20% da produção nacional de pescado. Também informou que existia um conjunto de políticas públicas por parte do Ministério da Pesca; que eles precisam de várias delas, ainda a implementar em Passo de Torres e em vários Municípios; que por isso era fundamental estreitarem parceria com a Secretaria Municipal, com a Colônia, e fazerem uma discussão mais efetiva sobre a subvenção do óleo *diesel*, por exemplo, que era uma política que eles poderiam acessar tanto para a pesca artesanal quanto para a industrial; e que no momento eles tinham linhas de crédito a juro zero, subsidiadas para reforma e modernização de embarcações artesanais e industriais. Perguntando qual o problema na pesca industrial atualmente, o próprio orador respondeu que era o desperdício de pescado, que a estimativa era de que o desperdício de pescado na atualidade se situasse na média de 30% a 40%, dependendo da espécie. Também perguntou para que servia a política de crédito, tendo ele mesmo respondido que era para modernizar suas embarcações, para eles eliminarem perdas ou reduzi-las, para proporcionarem maior conforto à tripulação, aos pescadores embarcados. Indo além, falou que reduzindo perdas, se eles não perdessem peixe até o desembarque, obviamente o dono do barco ganharia mais e os pescadores embarcados também aumentariam a sua remuneração, e o meio ambiente agradeceria; que para eles ganharem mais não necessariamente precisariam pegar mais peixe, pois, se conseguissem trazer todo o peixe que pegassem para a indústria, para o comércio, eles já ganhariam bem mais dinheiro, somente eliminando as perdas. A seguir, disse que o debate ambiental seria cada vez mais restritivo, que tinha toda uma discussão mundial para proibir a pesca de arrasto, e que havia uma pressão maior e vários países já estavam proibindo esse tipo de pesca, porque a pesca de arrasto passava e levava tudo junto, não era uma pesca seletiva. Comentando serem aquelas algumas questões que estavam sendo discutidas, citou haver todo um debate em torno da questão da pesca que necessitava ser feito por eles para agregarem valor àquela atividade, exemplificando precisarem adicionar valor à pesca com o turismo, que era uma boa opção para agregar renda ao pescador. Em seguida, informou que outra questão simples era que o pescador de lá não tinha estrutura para a armazenagem do seu peixe e que por assim ser tinha que vender pelo preço que lhe era oferecido, não podendo vender por um preço melhor dali a dois dias, cinco dias. Comentou existirem várias formas, vários mecanismos que necessitavam de pouco investimento ou, às vezes, de nenhum investimento, através de políticas públicas, que poderiam permitir ao pescador, ao trabalhador que direta ou indiretamente vive da pesca, agregar valor ao seu trabalho, melhorando a sua condição de vida. Na sequência, falou que achava que o debate mais geral o Ministério se proporia a fazer junto com a Prefeitura, com a Colônia, com os pescadores, na perspectiva de se construir uma política municipal para desenvolver a pesca eficientemente ou mais eficiente do que era no momento, pois se poderia avançar em muita coisa, observando que não era crítica, mas sim constatação de todos os Municípios de que tinha muita coisa em que se poderia avançar. Especificamente sobre o que era o tema da audiência pública, disse que já foi feita a dragagem da boca da barra em 2007, portanto, seis anos atrás; que com certeza naquela época foi feito um projeto técnico para fazer aquela dragagem; e que precisavam localizar o projeto daquela época e se reunir com a Prefeitura, com os técnicos da Cidasc, da Epagri, com as entidades de classe do Município para se fazer uma avaliação daquele projeto, a fim de não começarem do zero, pois, se assim fosse, teriam que contratar uma empresa para fazer a batimetria e outros procedimentos iriam começar a se enrolar. Então, propôs se pegar o projeto daquela época e fazer uma avaliação dele, ver se aquele projeto era suficiente, porque talvez dali a três anos, quatro anos o problema fosse o mesmo, e eles fariam o mesmo que em 2007, para depois de três anos, quatro anos estarem outra vez reunidos dizendo que a barra fechou e teriam que dragar de novo. Na sequência, falou que talvez precisasse ser alterada a sobrevida maior de uma obra como aquela, para que em poucos anos não voltasse à situação daquele momento; que talvez fosse necessário dragar também um trecho do rio, para que a água tivesse mais velocidade ao entrar e

sair, e com mais velocidade o próprio movimento de maré removeria a areia que se acumulava na boca da barra. Frisou que teriam de pegar aquele projeto da época e fazer uma avaliação dele, pois entendia que, numa parceria entre a Prefeitura, o Ministério e o governo do Estado, poderia se refazer o projeto sem custos, um projeto que iria lhes dizer o que precisava ser feito e a estimativa de valores para a obra; e que, com isto, iriam ao Governador, à Ministra Ideli, ao Ministro da Integração Nacional, e se articulariam para correr atrás do dinheiro. Continuando, afirmou que basicamente a sua proposição era naquela perspectiva, sem perder de vista a predisposição deles de fazerem lá uma reunião de trabalho para ver como o Ministério poderia ajudar a Prefeitura e a Colônia em várias ações que permitiriam ao pescador, ao trabalhador de lá aumentar a sua renda, mas tendo como foco a pesca. Indo além, informou que a pesca tinha importância significativa na economia municipal, visto que era 60% da economia, o que dava para dizer que a pesca era a principal atividade econômica de Passo de Torres, e que tinha que ser tratada com a importância que ela tinha, reforçando ainda mais a necessidade de dialogarem sobre o assunto em questão e de pensarem políticas que permitissem o desenvolvimento da pesca no Município e da sua população. Encerrando, falou que, por enquanto, era aquela a sua proposição e que iria escutar os demais membros da mesa, a comunidade presente, para depois entrarem em consenso a respeito dos encaminhamentos. Prosseguindo a reunião, o **mestre de cerimônias, senhor Neomar Correa**, convidou para fazer parte da mesa o senhor Cássio Brustolin, representando a senhora Nilvia Pereira, Prefeita de Torres, no Rio Grande do Sul. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Juarez Godinho Scheffer, Prefeito de Passo de Torres**, que agradeceu a presença de todos e fez questão de registrar a presença do senhor Valmir Augusto Rodrigue, vice-presidente da Ceprag (Cooperativa de Eletricidade Praia Grande. Em seguida, reportando-se ao superintendente da Pesca e ao Deputado, disse que Passo de Torres já vinha lutando desde a década de 1970 pela complementação dos seus molhes, que foi realizado pela metade, pois foi deixada a metade de uma pedra, na época do Ministro Mário Andreazza; que em 1993, 1994 eles também trouxeram uma draga ao Município, mas não foi possível trabalhar lá em função do problema da maré, e a draga tinha que ser especial; e que em 2007 foi trazida uma draga pequena, mas também não fez o serviço. Falando que com certeza o pescador de lá estava cansado de esperar pela draga, informou que no começo do seu mandato esteve com o Secretário da Agricultura e Pesca e protocolou o pedido de uma draga; que naquele encontro também estava o Vereador Sérgio, de Passo de Torres; e que eles disseram ao Secretário que não podiam esperar, apesar de vários Municípios estarem no aguardo. Citando ser Passo de Torres a terceira do Estado na pesca, frisou que o pescador do Município não poderia esperar muito tempo por aquilo. A seguir, disse que desejava falar ao Deputado e ao superintendente que aquela audiência, que contava com a população, com os pescadores de Passo de Torres, deveria terminar ao menos com o assunto mais embasado, mais completo, para não se ficar somente em promessas de campanha. [Taquígrafas-Revisoras: Siomara G. Videira e Denise V. Silva] Por isso, disse achar que era preciso que todos trabalhassem juntos, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, população, dona Marlene, para ajudar a população, e principalmente o pescador, naquela hora tão difícil. Desejou que a audiência fosse bem elaborada e que o Deputado com certeza levasse o problema até a Assembleia, objetivando um começo para o desassoreamento. Adiante, disse que também já esteve em Brasília deixando o projeto do aumento dos molhes protocolado, a respeito do qual ele se mostrou disposto a se unir para um trabalho conjunto com a Prefeita de Torres, senhora Nilvia, com os Deputados do Rio Grande do Sul, com os Deputados estaduais e federais dos dois Estados e com os Senadores. Parabenizou o historiador Jaime que mostrou o começo de Passo de Torres, o trabalho dos pescadores, os depoimentos dos aposentados, dos pescadores, considerando tudo aquilo muito importante. Ao final, agradeceu a participação de todos. Dando continuidade, o **senhor mestre de cerimônias** passou a palavra ao **senhor Paulo Roberto Cordeiro, Vice-Prefeito do Município de Passo de Torres**, que cumprimentou todos, em especial o Deputado Estadual Dirceu Dresch por ter realizado aquela audiência em Passo de Torres e deixado todos muito esperançosos em relação à definição do desassoreamento da barra. Ressaltou que o povo e os pescadores da cidade realmente estavam ansiosos havia tempo por um retorno sobre aquela reivindicação a respeito da qual pouco se conseguiu fazer, acrescentando que nunca fora feito um trabalho completo. Destacou a necessidade de trabalhar com afinco em razão de ver o esforço de todos os pescadores e a preocupação deles na hora de sair e de chegar com o pescado. Disse que eles faziam todo o trabalho lá fora e quando era a hora

de trazer o peixe, eles passavam por grandes dificuldades naquela barra a fim de poderem descarregar as suas embarcações e entrarem no rio, principalmente nos dias atuais, salientando que existia somente um cantinho que eles podiam passar, com muita dificuldade, com as embarcações. Ainda frisou que havia inúmeros problemas na pesca em Passo de Torres, mas que aquilo tinha que ser priorizado rapidamente para evitar que outras vidas fossem perdidas, a exemplo do que já havia acontecido com acidentes de barcos que batiam nos bancos de areia e acabavam virando. Enalteceu a fala do superintendente sobre a agregação de valores, julgando ser outra etapa que também tinha que ser desenvolvida no Município. Também achou importante modernizar e industrializar a pesca, agregando valor ao produto, e não ficar apenas com o baixo preço do quilo do peixe, para que Passo de Torres tivesse um nível de vida muito melhor. Nesse sentido, destacou a necessidade de definir algumas metas para o desassoreamento, para que os pescadores saíssem de lá com um horizonte mais ou menos a ser seguido na busca de melhorias. Por último, disse que poderia dar mais contribuições no decorrer da audiência. Seguindo, o **senhor mestre de cerimônias** anunciou que ficaria passando no telão várias imagens e filmes que mostrariam vários acidentes, bem como os prejuízos materiais já ocorridos na cidade e, em seguida, passou a palavra à **senhora Marlene Dutra Vidor, presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres**, que, após os cumprimentos de praxe, disse que aquela era uma retomada e que todos estavam cheios de esperança com aquela audiência apoiada e aprovada pelos colegas Vereadores. Disse que todos estavam unidos na vontade de auxiliar e de colaborar para que o Município alcançasse o desenvolvimento que merecia e um lugar de destaque no Estado. Ponderou que a pesca, pelos depoimentos que foram apresentados, constituía a maior fonte de renda do Município, mas que, na maioria das vezes, os pescadores que tanto se expunham a riscos diários, não estavam sendo bem aproveitados e não recebiam a devida valorização financeira de retorno pelo trabalho sofrido e suado que realizavam. Desse modo, disse estar na hora de todos retomarem aquele processo para que os pescadores conquistassem um lugar merecido de destaque como profissionais. Falou que o dia foi movimentado na cidade, pois todos estavam com esperança renovada na certeza de que, unidos, todos poderiam buscar o desenvolvimento e as conquistas, frisando que a ampliação da barra era um sonho e que o desassoreamento parecia para ela uma tarefa bem mais simples, mas que era preciso o apoio dos Deputados para proporcionar um retorno aos pescadores. Nesse sentido, disse ter certeza de que todos estavam sendo ouvidos pelos Parlamentares e que iriam aguardar os resultados, além de um caminho traçado com metas estabelecidas. Apontando as imagens que estavam sendo mostradas, falou que todos podiam observar os problemas do Município, não apenas em relação aos peixes pescados na entrada da barra, mas principalmente no que se referia às vidas que já foram ceifadas, o que demandava providências cabíveis e imediatas. Por fim, colocou-se à disposição para continuar a batalha em favor dos pescadores. O **senhor mestre de cerimônias** passou a palavra ao **senhor Sergio Delfino Joaquim, Vereador de Passo de Torres**, que saudou os presentes, dizendo que tinha tripla responsabilidade, uma por representar o Deputado Estadual José Milton e outra por representar a pesca como pescador havia 25 anos, por ser mestre e proprietário de barco de pesca e por ser, com grande orgulho, Vereador do Município. Sobre o desassoreamento da barra, falou que o assunto já era uma novela, a respeito do qual poderia ser escrito um livro, um filme de tragédia, e também um filme de alegria, referindo-se ao fato de tantos pais de família conseguirem o seu sustento, tirando o ganho da barra, da pesca. Em relação às desgraças, mencionou que elas já eram de praxe no dia a dia e que não eram mais novidades, no entanto, disse que os pescadores ficavam muito comovidos e chateados com aquelas mortes. Como exemplo, citou o senhor Jaci, um colega nascido e criado em Passo de Torres, que perdeu o pai na barra aos seis anos de idade, mas era pescador. Considerou ser a hora de fazer o desassoreamento, pois o Município tinha um Prefeito aguerrido, que estava do lado do povo, dando apoio, e uma Câmara de Vereadores que não media siglas partidárias e que não estava lá para fazer política, mas sim para trabalhar com a população. Acrescentou que os pescadores nunca tiveram uma representação tão forte como a atual na Câmara de Vereadores, citando também o apoio da Secretária da Pesca que era uma pessoa que conhecia as necessidades do pescador. Mencionou ter muito orgulho em ser pescador, ter orgulho de seus colegas, e que não tinha a intenção de sair da pesca, mas que tirou quatro anos da sua vida para tentar ajudar o seu Município com o seu mandato. Segundo ele, aquele foi um projeto de vida que traçara por achar que era a hora em razão da equipe atual, dos sonhos que poderiam ser realizados juntamente com o Prefeito. [Taquígrafa-Revisora:

Sibelli D'Agostini] Lembrou quando foi a procura de uma draga pelo Estado, ocasião em que foi a Florianópolis falar com o Secretário da Pesca que indicou a Cidasc, em Tubarão, e que quando chegaram lá para relatarem os fatos de Passo de Torres, tiveram como resposta que eles já sabiam dos problemas daquela Barra, inclusive o número de pessoas que haviam morrido, e lamentou que ainda não tinham nenhuma posição. Revelou que estava chateado porque uma draga simples, uma draga de açude ou de vala não iria resolver o problema da barra, visto que para lá precisavam de uma draga especial que colocasse a areia para dentro a fim de que fosse solta no mar ou em outro lugar. Informou que tinha três barcos, de porte médio e grande, mas que teve que vender para não perder tudo; que comprou um pequeno e quando foi levar o barco para Itajaí ele ficou 45 minutos encalhado na barra, observando que não era conveniente investir numa coisa que não estava dando retorno. Lembrou que falaram que para a barra do Rio Araranguá tinham 30 milhões disponíveis, e disse que com a mesquinharía que tinha no Morro Agudo e nas Ilhas, eles poderiam esquecer porque eles não queriam o progresso, bem como não queriam que nada acontecesse. Comunicando que conhecia e que navegava na barra do Rio de Laguna, de Itajaí, do Rio Grande, mencionou que investiram na barra da Laguna e fizeram porcaria, ficando pior do que era porque fizeram o molhe e deixaram as pedras no meio e que de nada adiantara o investimento lá feito. Afirmou que o que queriam na barra de Mampituba era apenas uma draga boa, permanente, que resolvesse aquele problema e que iriam lutar para conseguir porque ninguém, naquele momento, queria uma obra faraônica como os molhes para atrair grandes indústrias, o que seria bom. Ante o exposto, disse ao Deputado que a realidade de Passo de Torres era uma draga permanente porque se assim não fosse os problemas de assoreamento iriam voltar. Dando seqüência, o **mestre de cerimônias** passou a palavra ao **senhor Adriano Delfino Joaquim, presidente da Colônia de pescadores Z-18 de Passo de Torres**, que desejou boa noite e cumprimentou todos. Parabenizou o Vereador Jonas pela iniciativa do movimento, que era muito importante para o setor pesqueiro. Comentando que todas as manifestações foram bem feitas e que todos conheciam muito bem a questão da pesca, informou que o primeiro acidente ocorrido naquela barra foi em 1972 e que cinco pescadores tinham morrido após a construção dos molhes, acrescentando que ele, como presidente da Colônia, estava arquivando tudo, inclusive fotos e vídeos, desde 2000 para não cair no esquecimento, pois as pessoas esqueciam as coisas rápido demais e era importante manter tudo para poder reivindicar o desassoreamento da barra. Agradeceu ao historiador Jaime Elias, que também tinha o mesmo pensamento de manter as coisas vivas. Informou que a produção pesqueira em Passo de Torres era de 5.200 toneladas ao ano e que eram a terceira potência de pesca no Estado de Santa Catarina, sendo que 90% do pescado era levado para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Dito isto, dirigiu-se à Presidência da Comissão de Pesca, dizendo ser ele uma pessoa com muita boa vontade, que deixara seus compromissos e fora para Passo de Torres, e na seqüência solicitou àquele Presidente que olhasse com carinho a questão dos molhes e da draga, visto que o prejuízo de uma embarcação era de R\$ 50 mil por cada uma, acrescentando que os pescadores que dependiam dela ficavam sem trabalhar por vários meses, incluindo que alguns pescadores, após os acidentes, deixavam de pescar porque não tinham condições de arrumar a embarcação. Contou que um dos companheiros tinha uma embarcação de porte grande, mas também tinha dificuldade de entrar e sair da barra, sendo que muitas vezes não conseguia e tinha que ir para Laguna ou para o Rio Grande, ficando longe da família e tirando o pescado de outras regiões, deixando assim de valorizar Passo de Torres. Relatou que o que faltava nos molhes era ampliar 260 metros ao sul e 190 metros ao norte e afirmou que sabiam que aquela obra seria difícil, acrescentando que para eles bastava que a barra fosse funda e o calado profundo para que os barcos pudessem entrar e sair sem dificuldade e parabenizou os pescadores de Passo de Torres por terem a coragem de continuar trabalhando naquela barra e por serem respeitados em todo o sul do País. Contou que conhecia um pessoal da Barra da Lagoa, que ia pescar tainha em Passo de Torres, cuja embarcação os pescadores tinham que tirar do alto mar e colocar para dentro da barra, mostrando a capacidade e a coragem dos pescadores daquela região. Solicitou que aquele problema fosse resolvido a fim de que tivessem tranquilidade e segurança para entrar e sair da barra. Em seguida, o **Mestre de cerimônias** passou a palavra ao **senhor Jonas Souza, Vereador de Passo de Torres**, que cumprimentou todos os presentes, principalmente os pescadores, os quais chamou de heróis. Disse que, como haviam relatado naquela audiência, a economia de Passo de Torres era baseada em 60% da pesca, cuja atividade estava quase

sem condições de trabalho; que muitos pais de família saiam para buscar o seu sustento no mar sem saber se iriam retornar com vida, complementando que aquilo refletia em todos os moradores de Passo de Torres, pois que a pesca estava na alma dos cidadãos daquele Município. Pediu aos representantes que lá estavam para não medir esforços em solucionar o problema. Afirmando que a ampliação dos molhes era um sonho de todos e que sabiam que aquele sonho estava distante, disse que iriam continuar lutando para que aquilo acontecesse, acrescentando que o Prefeito de Torres, bem como o Prefeito de Passo de Torres, procuravam por solução no Ministério, conversando com a Ministra Ideli Salvatti. [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa*] Falou da necessidade de um remédio, o desassoreamento da barra, e frisou que nãoalaria por questões econômicas, mas, mesmo assim, lembrou que embarcações eram patrimônios familiares em Passo de Torres, embarcações essas que variavam entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão, lamentando que os pescadores não tinham seguro para as embarcações. Afirmou que a busca pela solução daquele problema que ocorria no Estado e no País cabia aos governantes e às autoridades políticas, inclusive a ele, como Vereador. Dito isso, externou o desejo de sair daquela audiência com um encaminhamento prático, porque, como bem havia sido falado, a procura pela solução já tinha passado por inúmeras conversas e os pescadores estavam descrentes. Analisando as manifestações que o antecederam, acreditou que o senhor Horst Doering, assim como o Prefeito, tinha se proposto naquela audiência a buscar pelo projeto para não começar do zero e disse ter certeza que era de interesse total da administração solucionar aquele problema. Em seguida, avisou o Presidente da audiência que estaria à porta do gabinete dele quase que diariamente enquanto não achassem uma solução. Encerrando, disse que sabia das dificuldades, dos valores necessários para conseguir a solução, e que o papel dos Vereadores era buscar apoio para trazer uma draga a fim de melhorar a qualidade de vida dos pescadores e da população. Após, retomando a **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura**, imediatamente passou a palavra aos inscritos, iniciando pelo **senhor Adércio José Velter, assessor do Deputado Estadual Manoel Mota**, que cumprimentou todos e registrou que representava o Deputado Estadual Manoel Mota que estava em Florianópolis, na Secretaria de Infraestrutura, participando de um compromisso anteriormente assumido. Avisou que levaria o desfecho final daquela audiência ao Deputado Manoel Mota, afirmando que o Parlamentar era parceiro daquela luta. Encerrando, deixou o abraço do Deputado para todos os presentes. Após, o **Presidente** informou que o relatório daquela audiência estaria disponível no *site* da Alesc e passou a palavra ao **senhor Enio Silveira Luiz, Vereador do Município de Passo de Torres**, que cumprimentou os presentes e perguntou ao Presidente se para aumentar os molhes o problema era financeiro, afirmando que do seu ponto de vista aquela era uma obra que dizia respeito ao governo federal. Criticou o governo federal porque gastou muitos milhões nos novos estádios de futebol, enquanto os pescadores estavam morrendo na barra, e pediu que adquirissem novos valores, bem como barcos, perguntando o que eram R\$ 200 mil para o governo federal. Externou sobre sua ida à audiência dizendo que lhe deixara mais nervoso porque não fora até lá agradecer aos Deputados, mas para pedir trabalho para Passo de Torres e para o pescador. Considerou boa a realização de uma audiência, mas lamentou o fato de no dia seguinte não acontecer nada, de o Prefeito, os Deputados e os Vereadores não poderem fazer nada, enquanto que no governo federal e no Ministério da Pesca tinha muito dinheiro à disposição de obras que não apresentavam perigo de morte a ninguém. Mais uma vez criticou que dinheiro para a Copa do Mundo tinha à vontade, mas que não tinha dinheiro para os remédios, para o aumento dos molhes e para tantas outras obras. Contou ter sido agricultor, ter 68 anos e estar exercendo o sexto mandato, pedindo à Presidenta da República, ao Ministério da Pesca e ao Governador que olhassem e não pensassem muito, que pegassem a draga e a cavassem molhe. Lembrou do tempo em que pegava peixe na beira do rio e lamentou que naquela época pensaram pouco porque pouco eles entendiam, afirmando que se pensassem como nos dias atuais não deixariam o molhe curto. Pediu desculpas por não ter inteligência e disse do prazer de ter sido eleito pela população para seis mandatos; frisou que seus mandatos eram para o bem de Passo de Torres. Registrou o esforço de todos em prol daquela luta e novamente pediu uma palavra concreta. Bradou que deveriam ir ao Ministério da Pesca, deveriam ter vontade para cobrar a fim de que os pescadores não continuassem morrendo e declarou que queria ver um povo alegre, pescando e defendendo os seus valores, os seus barcos. Mais uma vez, pediu desculpas pelo desabafo que estava fazendo e registrou que precisavam fazer a obra acontecer independentemente de partido; que teriam que respeitar o ser humano porque

no Brasil uma árvore valia mais que um ser humano. Terminando, agradeceu a boa vontade de todos, registrou que estava lá para votar a favor da população e pediu ao Ministério que cuidasse dos pescadores de todo País para que eles tivessem o direito de trabalhar e de continuar vivo. Dando sequência, o **Presidente** concedeu a palavra ao **senhor Marcos Leoni Oliveira, da SDR de Araranguá**, que disse saber da reivindicação de Passo de Torres desde quando era presidente da Amesc. Por isso, destacou que o desassoreamento da barra não serviria somente a Passo de Torres, mas a toda região da Amesc. Relatou que há um mês, quando da visita do Secretário de Agricultura, João Rodrigues, ao Município, foi solicitado a ele providências sobre o assunto e que o Secretário, naquela mesma hora, falou que era difícil conseguir a efetivação da obra. Dito isso, registrou que aquela audiência pública era um segundo passo para o sucesso. Encerrando, colocou-se à disposição para reivindicar a favor daquela luta. O **Presidente** passou a palavra ao **senhor Adilson Machado**, que disse que era patrão de pesca, que trabalhava há 25 anos no Município e que o maior problema que enfrentavam era o canal. Considerando-se contemplado nas falas anteriores, agradeceu a iniciativa da realização daquela audiência e falou que a pesca chegaria até o assoreamento. Avaliou que os molhes teriam que pular para a área do turismo, que tinham que buscar parceria com a Prefeita de Torres porque ela era parceira do governo federal e a barra tinha saído pela questão do turismo, não vendo possibilidade de sair através da pesca, razão pela qual considerava que o turismo estava na frente. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] Na sequência, fez uso da palavra a **senhora Fátima Maria Idalêncio Martins de Oliveira**, que cumprimentou os presentes e disse que ali se encontrava representando o Deputado Estadual Valmir Comin, que não pôde se fazer presente em função de compromissos anteriormente agendados, mas que colocava o seu gabinete à disposição de todos, pois que estava engajado naquela luta para que todos os pescadores fossem atendidos nas suas necessidades e reivindicações. Registrou também, emocionada, que era filha de pescador, nascida e criada em Passo de Torres, e que com 15 anos ajudava seu pai na pesca de anzol, na beira do mar, quando ainda não existia a barra, e que depois assistiu a seus irmãos pescando de tarrafa; que atualmente tinha sobrinhos e irmãs que pescavam em alto mar, e que acompanhava desde muito cedo a dificuldade que os pescadores vinham enfrentando em Passo de Torres. Relembrou que com 15 anos ajudou seu pai a retirar do mar os cinco corpos que naquela audiência tinham sido citados, tendo visto as cinco mães de família chorando pelos filhos e maridos mortos. Dito isso, acreditava que várias barras de outros Municípios também estavam passando por necessidades, como tinha sido citado lá, mas não acreditava que em alguma daquelas barras tivesse acontecido tantas mortes como em Passo de Torres. Assim, em nome dos moradores de Passo de Torres, dos pescadores que sofriam há muitos anos esperando uma atitude concreta, pediu que aquele assunto fosse tratado com carinho e cuidado e que recebessem a resposta há tanto tempo esperada, fazendo com que Passo de Torres tivesse uma atenção especial. afirmou que 2014 seria um ano eleitoral e que por conta daquilo receberiam a visita de muitos Deputados e políticos na região, e acrescentou que estavam cansados de receber somente promessas, de serem enrolados com a questão de que faltavam projetos e licenças ambientais, porque já tinham tudo aquilo havia muito tempo, faltando apenas boa vontade. Concluindo sua manifestação, agradeceu a oportunidade e pediu encarecidamente a atenção necessária para Passo de Torres, acreditando que já poderiam contar com a presença do Deputado nas necessidades daquela comunidade e no atendimento de suas reivindicações. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que como não havia mais quem quisesse se manifestar, listaria os encaminhamentos. Disse que, em curto prazo, teriam a draga para o desassoreamento, que era o debate central e mais urgente; o projeto dos molhes; e a questão do custo, que conforme havia sido falado, era de R\$ 13 milhões. E falando da questão de valores, disse que estavam ali discutindo os grandes investimentos em projetos, registrando que o Prefeito havia falado do Mário Andrezza, que foi Ministro da Agricultura havia muito tempo, salientando que aqueles eram projetos com grandes investimentos, e que não adiantava tapar o sol com a peneira, porque se fosse um Município grande, a situação seria outra, já que o olhar de Brasília era diferente, independente de governo. Assim, explicou que falar de um investimento grande não significava abandonar o projeto, pelo contrário, era preciso prepará-lo e continuar lutando, tendo as lideranças daquela região, junto com todos os demais, a grande responsabilidade de ir atrás daquela concretização. afirmou que durante aquela caminhada já haviam passado inúmeros Prefeitos, dos mais diversos partidos, sendo, portanto, uma caminhada que vinha sendo feita por muitas lideranças, mas que para resolver a

questão, precisavam focar em dois grandes projetos, quais sejam, o dos molhes, que precisava ser buscado no governo federal, e a draga, que na sua avaliação precisava ser via governo do Estado. Observou que aquele era um momento importante, pois que se estava definindo o investimento dos recursos que o governo federal estava repassando para o Estado, que era em torno de R\$ 9 bilhões e ao qual foi dado o nome de Pacto, e disse que poderiam até discutir uma possibilidade de convênio com o governo federal, mas que aquilo poderia levar um tempo maior, e que pelo fato de terem na região uma representação política grande, citando os Deputados Valmir Comin, José Milton Scheffer, José Nei Ascari, Manoel Mota e Joares Ponticelli, que eram da base de apoio do governo, acreditava que a resposta àquele pleito se daria de forma mais rápida se fosse através do governo do Estado. afirmou que naquele dia os Deputados tinham debatido a destinação de um valor mínimo de R\$ 700 mil para os Municípios catarinenses dos R\$ 500 milhões destinados aos Municípios, e que inclusive tinha feito uma emenda para beneficiar todos os pequenos Municípios. Dirigindo-se ao Prefeito, disse que não sabia se ele já tinha assumido algum compromisso com o Governador, se tinha outros projetos, mas acreditava que aquilo poderia ser um projeto complementar, talvez via Secretaria da Agricultura, para obterem aquele recurso. afirmou que tinha consultado a sua assessoria e a informação recebida era a de que caberia o projeto de uma draga no projeto dos R\$ 3 bilhões que o Estado buscava de empréstimo no BNDES. Disse acreditar que deveriam discutir aquilo com o Estado a fim de agilizar, bem como com o governo federal, e lembrou que lá estava presente o Superintendente da Pesca. Sugeriu reunir os representantes da Câmara, da Prefeitura e das entidades, formando uma comissão com os Deputados na Assembleia Legislativa para juntos discutirem os encaminhamentos daquela audiência pública; que tal reunião poderia ser na semana seguinte se quisessem. Incluiu a isso a possibilidade de discussão com o Estado no sentido de saber sobre a permanência ou não da draga naquela localidade, bem como o seu custo e qual órgão que iria custeá-la para que o Município não tivesse que gastar com a manutenção daquela draga posteriormente. O **senhor Sérgio Delfino Joaquim, Vereador de Passo de Torres**, interrompeu o Presidente e disse que no momento em que se conseguissem a draga, o setor pesqueiro, os armadores, os mestres e os proprietários de embarcação, teriam condições de mantê-la trabalhando custeando o *diesel*, afirmando que era o mínimo que eles poderiam fazer. O **senhor Presidente** disse que era uma proposta e que já ajudava no sentido dos encaminhamentos. O **senhor Adriano Delfino Joaquim, presidente da Colônia de Pescadores Z-18**, se manifestou para dizer quealaria algo um pouco triste referente à pesca e então contou que em 2009 ou 2010, havia sido disponibilizado para a pesca R\$ 11 milhões, mas que não havia sido investido em nada naquele setor; que daquele montante foram compradas máquinas para ajudar os Prefeitos a arrumarem as estradas, bem como destinado para ajudar os agricultores. afirmou que não tirava os direitos dos agricultores, mas que aquele era um dinheiro que estava disponível para a pesca e lamentou que quando falavam em dinheiro para aquela área parecia que ele sumia no ar, virava pó, pois que não aparecia e ninguém sabia para onde iria. Disse que sabia que aquele dinheiro existia, segundo fora colocado naquela audiência. Neste instante o **senhor Horst Doering, superintendente do Ministério da Pesca em Santa Catarina**, manifestou-se fora do microfone e o **senhor Adriano Delfino Joaquim**, disse que era emenda parlamentar, mas que fora disponibilizado para a pesca, através do Ministério da Pesca. O **senhor Horst Doering**, continuou manifestando-se fora do microfone e o **senhor Adriano Delfino Joaquim**, disse que, em sendo assim, não estava mentindo e que aquilo completava o que falara. Opinou que se aquela quantia de R\$ 11 milhões tivesse sido realmente destinada à pesca, poderiam ter construído os molhes; que poderia ter sido dividido entre os Municípios litorâneos e inclusive poderiam manter uma draga sem nenhum problema. Lamentou novamente que aquilo tivesse acontecido. Contou que o Estado, com muita boa vontade, enviara para eles um guincho, mas que aquele guincho só dava para puxar uma canoa a remo e nada mais. Declarou que aquele havia sido um bom investimento, acrescentando que para quem não tinha nada, um copo de água já ajudava, e lamentou que o setor pesqueiro tivesse, em Santa Catarina, que viver mendigando. Lembrando que o Vereador Enio havia comentado que havia dinheiro, mas que o problema era chegar até eles, solicitou ao Presidente da Comissão que tomasse providências a fim de que o dinheiro destinado ao setor pesqueiro realmente chegasse ao seu destino para que assim conseguissem realizar os seus sonhos. [Taquígrafas-Revisoras: Siomara G. Videira e Iwana L. Lentz] Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, relatou que trabalhara muito tempo como dirigente

sindical dos agricultores, e que na luta do Pronaf, na época de 1990, 1991 e 1992 até o dinheiro chegar aos agricultores havia sido muito difícil e que por saber disso ele havia dito que tinham de fortalecer a organização dos pescadores e cobrar das lideranças políticas apoio nas ações. Observou que ele não ficava brabo quando alguém lhe cobrava, afirmando que poderiam cobrar sempre, porque não adiantava ir lá, realizar a audiência pública, e depois não dar continuidade nas ações, porque seria muito fácil ficar apenas nos discursos. Desse modo, dirigindo-se ao Vereador, disse que não havia prometido resolver o problema, que poderiam não conseguir, mas iria atrás para conseguir. Traçando um paralelo entre o poder do Vereador e do Deputado, disse que eles não tinham a caneta na mão, e que o papel deles era representar a sociedade e fazer com que as coisas se tornassem realidade. Enfatizou que a proposta era articular junto àquela sociedade para que tivessem uma representação naquele espaço e acrescentou que precisavam preparar um roteiro para ir a Brasília, nos Ministérios, apresentar o projeto. Disse que iriam fazer uma tentativa no Estado imediatamente, e em caráter de emergência, e que por ser assim estava propondo que na próxima semana eles fossem à Assembleia fazer uma reunião a fim de discutirem os encaminhamentos para depois levarem à Secretaria de Agricultura, que cuida da Epagri, observando que os Deputados da região poderiam conseguir uma audiência com o Secretário da Agricultura. Prosseguiu, disse que se não conseguissem em caráter de emergência no Estado teriam que, na semana seguinte, ir para Brasília, que era um caminho um pouco mais longo, momento em que foi apartado pelo **senhor Adriano Delfino Joaquim**, dizendo que tinha certeza que com o apoio do Deputado e com o seu conhecimento em nível federal e estadual eles iriam achar algum caminho, sendo que o **senhor Presidente** respondeu que iriam trabalhar para encaminhar a questão. Na sequência, observou que ainda não haviam falado na questão ambiental, afirmando ser aquele outro gargalo que enfrentariam, visto que para colocar uma draga no rio era preciso licença; que caso precisassem passar por todo o processo de licença ambiental novamente, teriam que falar com o pessoal da Fatma, em Florianópolis, concluindo que aquilo iria prolongar ainda mais a solução do problema. Disse que não poderia afirmar que começariam no dia seguinte porque teriam que dar ainda os primeiros passos e que seria importante que recomeçassem dali, tendo em vista que os pescadores já fizeram muito e que mereciam a gratidão e o respeito de todos. Ressaltou que, em sua opinião, a Prefeitura, os Vereadores, todos tinham o mesmo intuito, qual seja o de trabalhar com seriedade aquele assunto, resgatando a questão do projeto antigo, para imediatamente começar a trabalhar e, por fim, levar a Brasília. Neste momento, o **senhor Horst Doering** disse que a Prefeitura tinha que resgatar o projeto antigo e se propôs a conversar com o senhor José Sebastião Marcatti, na Secretaria da Agricultura, no dia seguinte, para sentar com uma equipe técnica, tendo técnicos do Estado, da Secretaria Regional, da Epagri, da Cidasc, para, junto com a Prefeitura e com alguém da Câmara, estudar aquele projeto para atualizá-lo inclusive em valores. Continuando, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, endossou a questão dos valores, acrescentando que precisavam ir com tudo esclarecido. Neste momento o **senhor Horst Doering**, perguntou quanto custava a draga ou quanto custava contratar uma draga para limpar a boca da Barra, tendo o **senhor Presidente** dito que o senhor Paulo, Vice-Prefeito, estava falando que eles já tinham alguma coisa elaborada e que era preciso resgatar aquilo com rapidez para que não chegassem em Florianópolis, na próxima semana, sem saber o que queriam. Desse modo, sugeriu ao senhor Adriano e ao senhor Paulo que fizessem uma reunião no dia seguinte junto com a Câmara para desenhar melhor aquelas ações, colocando no papel o que poderia ser feito imediatamente a médio e a longo prazo. Disse que a draga poderia demorar uns três ou quatro meses para ela estar ali, mas que através de um convênio poderiam começar em trinta dias. Reiterou a necessidade de organizar tudo o que queriam. Na sequência, o **senhor Adriano Delfino Joaquim**, dirigindo-se ao Presidente, disse que quanto à questão do licenciamento, haviam passado para ele que precisavam entrar em contato com Torres, porque o rio pertencia ao Rio Grande do Sul e era preciso fazer uma parceria importante. Na sequência, os componentes da mesa trocaram ideia sobre qual o procedimento quanto à licença ambiental das Prefeituras de Torres e de Passo de Torres, tendo o **senhor Adriano Delfino Joaquim**, dito que o Prefeito tinha acesso à Prefeita de Torres e que, com certeza, não teriam problema em fazer uma parceria. A seguir, o **senhor Juarez Godinho Scheffer, Prefeito do Município de Passo de Torres**, dirigindo-se ao Deputado Dresch, quanto às soluções da barra, disse que o Estado tinha que ajudá-los, comentando que ali estava o Deputado Estadual, o Prefeito, os Vereadores, o Superintendente da Pesca e a população na busca

da solução daquele problema. Quanto ao projeto que foi feito para desassoreamento da Barra, disse que competia a ele e que, no dia seguinte, iria a Tubarão tratar do assunto, e, se não estava enganado, a Prefeitura tinha uma cópia. Ressaltou que tinha certeza que o Deputado daria o maior apoio para o Município de Passo de Torres, independente de Partido, explicando que às vezes começava a haver divergência entre o que competia aos governos federal, estadual e municipal, e que quando os convênios chegavam o Prefeito e o Município fazia a contrapartida. Disse ainda que daquele modo, a população caía em cima do Prefeito por ele não trazer a draga, pois não tinha condições de mantê-la. Falou que queria explicar à sociedade que o Município não se negava a nada e que se os pescadores conseguissem a draga, como o Vereador Sérgio havia falado que dariam o *diesel*, avaliou que aquilo seria o mínimo para o Município. Indo além, disse que o Município pagava o funcionário e o *diesel*, observando que sabia que a draga iria trabalhar uns 15 dias, e aquilo o Município tinha condições de pagar, mas que queria ver a força política do Estado, junto com a representação federal, para levar aquela draga, visto que ela não existia no sul do Estado e, em sendo assim, afirmou que tinham que conseguir aquela draga em algum lugar. Continuando, enfatizou para a população do Pastoso e para os pescadores, que o Município, não o Prefeito, queria aquela draga e que iria fazer de tudo para conseguí-la junto com os Vereadores, aos Prefeitos e às entidades presentes, lembrando que a imprensa do Município iria ajudar muito. Reiterou que não se omitiriam em nada e que na próxima semana podiam marcar uma reunião com a Comissão para tentar uma resposta ou uma solução para o pescador de Passo de Torres. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, questionou se concordavam que a primeira tentativa fosse com o Estado, por ser uma questão mais urgente, visualizando uma perspectiva federal a fim de ter um investimento maior no futuro, acrescentando que mais tarde poderiam ter um convênio com o Estado, e designou o senhor Horst para ser o responsável na discussão com o Ministério da Pesca. Marcando a reunião para a semana seguinte, comunicou que no próximo dia iriam conversar com os Deputados e marcar a reunião em Florianópolis, sendo todos informados sobre a data e a hora até quinta-feira próxima. Disse que tentariam uma reunião com a Fatma e com Ibama visto que o assunto envolvia divisa de Estados. A seguir, fez uso da palavra o **senhor Adriano Delfino Joaquim**, dirigindo-se ao Deputado Dirceu Dresch, lembrou que para a Barra do Camacho o Estado havia conseguido R\$ 800 mil para o desassoreamento. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Jonas, Vereador de Passo de Torres**, que, diante do encaminhamento proposto, disse que gostaria de saber se a comunidade estava satisfeita com a proposta. Desse modo, afirmou que da parte do Município eles iriam correr atrás da solução do problema junto ao Executivo e ao Legislativo. Comentou que tiveram um encaminhamento prático, confessando seu receio inicial de ficarem apenas na conversa e não chegar à conclusão alguma, porém, viu que tanto o Deputado quanto o senhor Horst estavam empenhados em ajudá-los. Observando que não sabiam se teriam a solução, reafirmou que iriam correr atrás e finalizou agradecendo a presença de todos na comunidade de Passo de Torres, pois que era muito importante mostrarem que na política tinha muita gente boa buscando a solução dos problemas. Na sequência, retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, disse que foi uma satisfação estar ali com eles, naquela noite, discutindo e ouvindo muito, repetindo que não era da área da pesca, e sim da agricultura familiar. Contou que tinha um açude onde estava criando peixes com água da chuva, e disse que gostava e respeitava muito a atividade pesqueira no Brasil, vendo nela um grande potencial de desenvolvimento econômico, social, de geração de emprego, de geração de renda. Falou que no futuro poderiam mandar todo o produto para fora daquela região, agregando valores, ficando com o lucro dos impostos e criando uma cooperativa, desenvolvendo assim ainda mais o Município. Neste momento o **senhor Adriano Delfino Joaquim**, informou que eles tinham encaminhado o terminal pesqueiro. Momento em que o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, informou que o próprio Ministro havia dito há alguns dias que o governo tinha interesse de investir recursos do BNDES, mais na questão da estruturação, da agregação de valor na produção. Encerrando, disse que na próxima semana eles se encontrariam em Florianópolis e agradeceu a oportunidade da realização daquela audiência pública em Passo de Torres, bem como agradeceu toda a equipe que estava ali ajudando a fazer o melhor pela comunidade da região. Nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora e Leitura final: Almerinda Lemos Thomé] [Revisão final: Ivana Lúcia Lentz]

DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH
PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 108/2013**

REFERENTE: 07º Termo Aditivo de 28/06/2013, referente ao Contrato CL nº 043/2011, celebrado em 13/07/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Disk Car Locação de Veículos S.A.

OBJETO: Alterar qualitativamente o objeto contido no Contrato original, substituindo 02 (dois) veículos com vistas a atender as necessidades da ALESC, conforme especificação abaixo:

- Substituir 01 veículo da marca Honda modelo Civic ao preço unitário de R\$ 2.753,41, por 01 veículo da marca Chevrolet modelo Cruze automático ao preço unitário de R\$ 3.101,31.
- Substituir 01 veículo da marca Honda modelo Civic ao preço unitário de R\$ 2.753,41, por 01 veículo da marca Toyota modelo Corolla XEI automático ao preço unitário de R\$ 3.101,31.

VALOR: R\$ 695,80

VIGÊNCIA: a contar de 01/07/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "a" e II "b" da Lei nº 8.666/93; Itens 4.1 e 6.1, cláusulas quarta e sexta respectivamente, do Contrato original; Item 13.7 do Edital de Pregão 020/2011 e; Autorização administrativa.

Florianópolis, 04 de julho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Marcus Marchini- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 326/13**

Of. D. Exe. Nº 140-13 Lages, 01 de julho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - Fundação UNIPLAC, de Lages, referente ao exercício de 2012.

Luci Ramos
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 327/13

Ofício nº 001/2013 Florianópolis, 03 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Senhoras Esperança e Amor, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Necilda Guripuna dos Santos
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 328/13

Ofício nº 022/2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Mondai, referente ao exercício de 2012.

Jose Nestor Schuh
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 329/13

34/2013 Descanso SC, de Junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico-Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, referente ao exercício de 2012.

João Basseto
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/13

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1708, de 5 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 1436/2013, de 3/6/2013, que designou em substituição a servidora **FABIOLA PROBST**, matrícula nº 7210, a contar de 4 de junho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1709, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **RITA DE CASSIA SILVA DA LUZ**, matrícula nº 1303, na DA - Coordenadoria de Serviços Gerais, a contar de 4 de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1710, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **VITOR JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 6815, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Administrativo, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, STELA MARIS MARTINS DA SILVA, que se encontra em Licença Saúde por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17 de junho de 2013 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1711, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ERICK FORTE ROLIM**, matrícula nº 6784, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1712, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANDRE BOGER E SILVA**, matrícula nº 5669, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1713, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRE BOGER E SILVA, matrícula nº 5669, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1714, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CHARLES EVERSON NICOLEIT**, matrícula nº 5973, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1715, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CHARLES EVERSON NICOLEIT, matrícula nº 5973, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1716, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DANIELA TAVARES**, matrícula nº 6985, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1717, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIELA TAVARES, matrícula nº 6985, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1718, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JULIO CESAR MARTINS**, matrícula nº 3702, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1719, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIO CESAR MARTINS, matrícula nº 3702, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1720, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LOURDES TERESINHA SILVY CASTRO**, matrícula nº 6922, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1721, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LOURDES TERESINHA SILVY CASTRO, matrícula nº 6922, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Biguaçu).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1722, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARIO LATRONICO JUNIOR**, matrícula nº 6995, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1723, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIO LATRONICO JUNIOR, matrícula nº 6995, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1724, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RODRIGO DA SILVA GONÇALVES**, matrícula nº 7412, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1725, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RODRIGO DA SILVA GONÇALVES, matrícula nº 7412, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Içara).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1726, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA**, matrícula nº 4581, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1727, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA, matrícula nº 4581, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1728, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELIZEU JOÃO JHNER**, matrícula nº 6904, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de julho de 2013 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1729, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ILDOMAR HAACK**, matrícula nº 6720, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-89, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1730, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ILDOMAR HAACK, matrícula nº 6720, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal - Cunha Porã).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1731, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIANGELA MELLA**, matrícula nº 3737, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1732, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIANGELA MELLA, matrícula nº 3737, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1733, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **RUBIA MARA DECOL**, matrícula nº 3839, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1734, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RUBIA MARA DECOL, matrícula nº 3839, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1735, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALDIR MACHADO DOS SANTOS**, matrícula nº 3036, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1736, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDIR MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 3036, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 4 de julho de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1737, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ELMAR WAHLBRINK para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch - Maravilha).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1738, de 5 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na CC - Comissão de Finanças e Tributação LUIZ EVERTON RODRIGUES, matrícula nº 154.528-0 servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 392, de 10 de fevereiro de 2011, a contar de 4 de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 242.6/2013

Reconhece como Capital Catarinense do Mel o Município de Santa Terezinha.

Art. 1º O Município de Santa Terezinha fica reconhecido como a Capital Catarinense do Mel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem a finalidade de reconhecer o Município de Santa Terezinha como a Capital Catarinense do Mel.

A apicultura é uma atividade de suma importância no Município de Santa Terezinha, sendo que no ano de 2011 foi reconhecido como o maior produtor de mel do Estado de Santa Catarina. Além dessa produção significativa no Estado, o Município de Santa Terezinha está entre os maiores produtores do mel orgânico, tendo significativa participação na APIMUNDIA, que é o encontro mundial de Apicultura no ano de 2000.

Ademais, o Município realiza anualmente a "Festa Regional do Mel", o que levou a Rainha eleita pelo tradicional baile da APIESANTE (Associação dos Apicultores), representante da região como Rainha da Festa Regional do Mel e Rainha Estadual do Mel, concursos estaduais.

No Município de Santa Terezinha existe organização de apicultores criadores de Rainhas selecionadas de alta qualidade de abelhas Híbridas Brasileiras. Dentre os sócios, há o criador Gian Filho de Domingos Beiger, que recebeu o selo de qualidade Apícola Brasileira e o certificado concedido pelo Instituto Brasileiro de Apicultura.

Diante desse fato, os apicultores da região levaram ao conhecimento do mundo o nome do Município de Santa Terezinha, que com apenas dois anos de trabalho exportaram Rainhas Terezinenses.

Dessa forma, considerando que o Município merece ser reconhecido como a Capital Catarinense do Mel, diante da importância destas atividades dos setores primários e secundários da economia municipal e estadual, conto com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antônio Aguiar

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 243.7/2013

Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Nenhum estabelecimento de venda ao varejo e serviços de produtos ópticos poderá instalar-se e funcionar sem prévia licença do órgão de vigilância sanitária competente.

§ 1º Entende-se por estabelecimento de venda ao varejo de produtos ópticos aqueles que comercializam armações, óculos com ou sem lentes corretoras, de cor ou sem cor e de proteção solar.

§ 2º Entende-se por estabelecimento de serviços os laboratórios de surfassagem ou montagem e oficinas de consertos de produtos ópticos.

§ 3º Entende-se por produtos ópticos as lentes oftálmicas incolores, coloridas, filtrantes, qualquer que seja a sua composição, com dioptria ou não, armações, ou óculos de proteção solar.

Art. 2º Os fabricantes, os distribuidores atacadistas, os representantes comerciais dos produtos ópticos e os estabelecimentos de serviços definidos nesta lei, apenas poderão comercializar tais produtos para os estabelecimentos definidos no § 1º do art. 1º desta Lei, sendo-lhes vedado o fornecimento de lentes oftálmicas incolores, coloridas, filtrantes, quaisquer que sejam as suas composições; convencionais ou não com dioptria, armações, ou óculos de proteção solar diretamente aos consumidores.

Art. 3º Para o licenciamento dos estabelecimentos de que trata o § 1º do art. 1º desta Lei, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento padrão, devidamente assinado pelo óptico responsável, solicitando ao órgão competente a licença para o funcionamento do estabelecimento;

II - cópia autenticada do contrato social da empresa;

III - cópia autenticada do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - contrato de responsabilidade técnica firmado entre o óptico e a empresa, com assinaturas reconhecidas por tabelião e cópia autenticada do contrato de trabalho. Em se tratando de

responsabilidade do diretor ou sócio-proprietário, apresentação da Declaração de Responsabilidade Técnica;

V - cópia autenticada do Diploma de Técnico em Óptica ou Ótico Prático;

VI - cópia do alvará de localização;

VII - lista de atividades desenvolvidas pelo estabelecimento, assinada pelo responsável;

VIII - declaração de responsabilidade técnica do laboratório óptico responsável pela confecção dos óculos e/ou lentes, no caso de empresa que não possua laboratório próprio;

IX - cópia do comprovante de residência do responsável técnico; e

X - livro de registro para transcrição das receitas.

§ 1º No caso dos estabelecimentos definidos no § 2º do art. 1º desta Lei ficam dispensados da apresentação dos documentos citados nos incisos VIII e X do *caput* deste artigo.

§ 2º Os estabelecimentos que comercializam somente óculos de proteção solar ficam dispensados da apresentação dos documentos citados nos incisos VII, VIII e X do *caput* deste artigo.

Art. 4º As filiais ou sucursais do estabelecimento do varejo e serviços óticos serão licenciadas como unidades autônomas.

Art. 5º A responsabilidade técnica dos estabelecimentos de venda ao varejo e serviço de produtos óticos compete a ótico devidamente habilitado e registrado no órgão fiscalizador competente.

Parágrafo único. O responsável técnico responderá por apenas 1 (um) estabelecimento.

Art. 6º Quando desejar cessar a responsabilidade técnica, o ótico deverá apresentar à autoridade sanitária documento comprobatório de rescisão de contrato ou a baixa na carteira profissional ou ainda alteração do contrato social devidamente averbado no registro competente juntamente com o requerimento de baixa de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. O estabelecimento varejista e de serviços óticos deverá comunicar previamente à autoridade sanitária local as seguintes alterações:

I - mudança de endereço;

II - alteração do responsável técnico;

III - admissões, dispensas ou ingressos;

IV - baixa de responsabilidade;

V - alteração na área física construída;

VI - alteração das atividades desenvolvidas; e

VII - alteração da razão social da empresa.

Art. 7º Os estabelecimentos do comércio varejista de produtos óticos deverão possuir, no mínimo, os seguintes equipamentos:

I - lensômetro;

II - pupilômetro;

III - caixa térmica ou ventilete;

IV - jogo de ferramentas composto de alicate e chaves para os devidos fins; e

V - espectrômetro.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica aos estabelecimentos que comercializam apenas óculos de proteção solar.

Art. 8º Os estabelecimentos definidos no § 1º do art. 1º desta Lei deverão possuir uma sala destinada ao mostruário e atendimento com área mínima de 10m² (dez metros quadrados).

Art. 9º Os estabelecimentos de venda ao varejo de produtos óticos deverão manter registro de receituário, o qual ficará disponível à fiscalização exceto os que comercializam somente óculos de proteção solar.

Art. 10. Os produtos óticos comercializados ao consumidor no Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 39, inciso VIII, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, deverão atender à normatização própria estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo único. O órgão fiscalizador, quando necessário, poderá exigir do estabelecimento varejista comprovação da

conformidade dos produtos óticos comercializados, com a normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 11. Os estabelecimentos varejistas de produtos óticos definidos pelo §1º do artigo 1º desta Lei que comercializem somente óculos de proteção solar, sem lentes corretoras terão, excepcionalmente, o prazo de seis meses para fins de regularização, sem prejuízo do disposto no artigo antecedente.

Art. 12. A infração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, submete o infrator às sanções estabelecidas no artigo 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 13. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/13

JUSTIFICATIVA

É público e notório que a comercialização de produtos óticos no Brasil vem se desenvolvendo de forma livre e exagerada, fato que pode contribuir para elevação dos problemas relacionados a visão de nossos cidadãos.

Tal situação é preocupante, uma vez que 85% das possibilidades de aprendizagem do ser humano se dá através da visão e o uso de produtos de baixa qualidade comercializado de maneira totalmente descompromissada pode colocar em risco a saúde visual, acarretando ônus ao processo educacional, ao desenvolvimento intelectual e à socialização.

A comercialização de produtos óticos pressupõe requisitos técnicos e legais mínimos que devem ser observados em favorcimento da saúde da população. Entretanto, o que assistimos hoje é uma avalanche de produtos sem procedência e nocivos a visão invadindo e conquistando o mercado ótico brasileiro pelo fator preço.

Atualmente, cerca de 60% desses produtos são comercializados informalmente, tendo na sua origem o resultado de falsificações e contrabandos. Como por exemplo, no que diz respeito aos óculos de proteção solar, o Brasil consome cerca de 37 milhões de óculos/ano. Destes, somente 15 milhões, menos da metade, são produtos que ingressam ou são produzidos legalmente.

A falta de melhor regramento contribui favoravelmente na manutenção do comércio informal, permitindo que o Estado deixe de arrecadar uma parcela significativa do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), que no caso de Santa Catarina é estimada na ordem de R\$ 8 milhões/ano, o que poderia facilmente ser combatido e revertido em investimentos, principalmente na área da saúde visual da população extremamente carente de atendimento público nessa área.

A regularização do comércio de produtos óticos trará, além questões das já mencionadas, a abertura de novas vagas de empregos aos profissionais óticos, hoje praticamente abandonados a mercê de uma oportunidade. Em estados que foram aprovadas normas reguladoras abriram-se centenas de postos de trabalho e os cursos de formação técnica, praticamente fechados, reacenderam como foi o caso do Estado do Rio Grande do Sul; onde atualmente mais de 600 alunos frequentam os bancos escolares na área.

O que propomos é situar o Técnico em Óptica como profissional capaz de colaborar para que o consumidor não seja alvo de produtos que possam lhe prejudicar. Assim, busca-se viabilizar as condições mínimas necessárias para que um estabelecimento esteja dotado de produtos de qualidade e fundamentalmente compromissado com a saúde visual da população.

Pelo exposto, solicito a colaboração de todos os parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei, que tem como objetivo preservar a saúde visual da população do Estado de Santa Catarina.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***